STF
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

2024

STF GOVERNANÇA

COMPOSIÇÃO

Plenário



Ministro
LUÍS ROBERTO BARROSO
Presidente
26/06/2013



Ministro
EDSON FACHIN
Vice - Presidente
16/06/2015



Ministro
GILMAR MENDES
Decano
20/06/2002



Ministra
CÁRMEN LÚCIA
21/06/2006



Ministro
DIAS TOFFOLI
23/10/2009



Ministro
LUIZ FUX
03/03/2011



Ministro
ALEXANDRE DE MORAES
22/03/2017



Ministro
NUNES MARQUES
05/11/2020



Ministro
ANDRÉ MENDONÇA
16/12/2021



Ministro
CRISTIANO ZANIN
03/08/2023



Ministro
FLÁVIO DINO
22/02/2024

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

STF GOVERNANÇA

GESTÃO 2024

Gabinete da Presidência

Chefe de Gabinete
Fernanda Silva de Paula

Juízes Auxiliares
Trícia Navarro Xavier Cabral
Inezil Penna Marinho Junior

Assessora-Chefe de Cerimonial
Célia Regina de Oliveira Gonçalves

Assessor-Chefe de Articulação Parlamentar
Flávio Ribeiro Santana

Assessor-Chefe de Assuntos Internacionais
Roberto Doring Pinho da Silva

Secretaria-Geral da Presidência

Secretária-Geral da Presidência
Aline Rezende Peres Osorio

Chefe de Gabinete
Beatriz Chiesse de Andrade Albuquerque e Lima

Assessor-Chefe Processual
Leonardo Cunha dos Santos

Assessora-Chefe do Plenário
Carmen Lilian Oliveira de Souza

Assessora-Chefe do Núcleo de Análise de Recursos
Marluce Fleury Flores

Assessora-Chefe de Apoio à Jurisdição
Pâmella Sada Dias Edokawa

Secretária de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação
Patrícia Perrone Campos Mello

Secretário de Gestão de Precedentes
Ciro de Almeida Grynberg

Secretária de Comunicação Social
Mariana Araujo de Oliveira

Secretária Judiciária
Patrícia Pereira de Moura Martins

Secretária de Relações com a Sociedade
Teresa Cristina de Melo Costa

Secretário de Gestão Estratégica
Vinícius Nascimento Porto

Secretaria do Tribunal

Diretor-Geral
Eduardo Silva Toledo

Chefe de Gabinete
Marina de Alencar Araripe Coutinho

Assessor-Chefe Jurídico
Luciano Quadrado de Moraes

Assessora-Chefe de Apoio à Governança e Conformidade
Fernanda do Valle Azambuja

Secretário de Administração de Serviços e Gestão Predial
Edmilson Palma Lima

Secretário de Orçamento, Finanças e Contratações
Márcio Kazuaki Fusissava

Secretária de Gestão de Pessoas
Andreia Silva Rego

Secretária de Serviços Integrados de Saúde
Denise Gomes da Silva

Secretária de Tecnologia e Inovação
Natacha Moraes de Oliveira

Secretário de Segurança
Marcelo Canizares Schettini Seabra

Auditoria Interna

Auditor-Chefe
Frederico Lobo de Oliveira

Ouvidoria

Juíza Ouvidora
Flávia Martins de Carvalho

Assessor-Chefe da Ouvidoria
Adauto Cidreira Neto

Assessora-Chefe da Ouvidoria da Mulher
Cristina Telles de Araújo Silva

PALAVRA DO PRESIDENTE

Em atenção ao nosso compromisso com a transparência e a prestação de contas à sociedade, apresento com satisfação o Relatório de Gestão do Supremo Tribunal Federal de 2024, o segundo da minha gestão à frente da presidência da Corte.

Consoante ao estabelecido pelo Tribunal de Contas da União, a elaboração deste relatório pautou-se no princípio da materialidade para destacar informações, dados e métricas que melhor representam as prioridades e os impactos da atuação do Supremo Tribunal Federal.

Em linguagem simples e objetiva, amparada por elementos visuais como infográficos e imagens, consolidamos os principais resultados alcançados pelo STF no ano de 2024, registrando como o Tribunal tem empregado seus recursos para fortalecer sua missão constitucional e entregar valor à sociedade brasileira.

Organizado em três capítulos, o relatório traça uma Visão Geral Organizacional do STF; descreve a perspectiva de Governança e Estratégia da Corte – com diretrizes e avanços em áreas como sustentabilidade e inovação tecnológica –; e apresenta os Resultados da Gestão – com detalhamento dos números da prestação jurisdicional no período e das ações administrativas que garantiram maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, modernização das estruturas físicas e tecnológicas e valorização dos servidores, além de informações orçamentárias e financeiras.

A eficiência na prestação dos serviços à sociedade brasileira é uma prioridade desta gestão, de modo que o cidadão esteja no centro da atuação da Corte. Esse é o maior investimento que podemos fazer para o desenvolvimento da nossa democracia.

Em 2024, o STF avançou significativamente em diversas frentes, tendo como fio condutor o alinhamento entre inteligência humana e inteligência artificial, a fim de aproximar o Tribunal e a Constituição da sociedade, com transparência e integridade.

Este Relatório de Gestão de 2024 reflete o resultado de um trabalho coletivo realizado com dedicação e comprometimento no âmbito da Suprema Corte com vistas ao aperfeiçoamento da jurisdição constitucional no Brasil.

Seguiremos avançando, sempre em busca da eficiência na gestão dos recursos públicos e da melhoria contínua dos nossos serviços, para assim garantir a supremacia da Constituição, com respeito à segurança jurídica, aos direitos fundamentais e à integridade do Estado Democrático de Direito.

Ministro Luís Roberto Barroso
Presidente



Presidente do Supremo Tribunal Federal
Ministro Luís Roberto Barroso

STF EM NÚMEROS

Dados gerais

Recursos e despesas

Valor total executado
R$ 908.629.862,00
99,97% do previsto na LOA

Pessoas

11 Ministros
1177 Servidores
39 Juízes designados ao STF

Prestação jurisdicional

81.844 Processos recebidos
115.508 Decisões
83.981 Processos baixados
20.743 Processos no acervo
(em 31/12/2024)

Objetivos/prioridades	Principais resultados e percentual de alcance das metas	
OE1: Priorizar o perfil de Corte constitucional	Redução de 33% do estoque de temas de repercussão geral pendentes de julgamento (meta: 20%).	165%
	Redução de 36% do estoque de processos de controle concentrado (meta: 20%).	180%
OE2: Garantir maior eficiência e celeridade na prestação jurisdicional	Execução de 86% do projeto de consolidação do sistema STF-Digital como ambiente único para o trabalho nos Gabinetes.	86%
	Expansão do escopo da ferramenta VitórIA para a classe processual reclamações.	100%
OE3: Aprimorar a comunicação com a sociedade	Implementação da Ouvidoria do STF para escuta da população.	100%
	Ampliação do alcance do programa STF na Escola, de 5 para 33 instituições de ensino participantes (meta: 25).	165%
	Divulgação de 100% das decisões mais relevantes do Plenário por meio do boletim Informação à Sociedade.	100%
	Lançamento do aplicativo (APP) de streaming TV Justiça +.	100%
	Execução de 83% do projeto de divulgação em inglês e espanhol do resumo das decisões mais relevantes tomadas pelo STF.	83%
	Lançamento de 6 novas exposições no Museu do STF (meta: 5).	120%
OE4: Aprimorar a governança e a gestão organizacional	Aumento do índice de acessibilidade do STF para 75%.	100%
	Alcance de 56% das entregas previstas no programa STF +Sustentável (meta: 30%).	187%
	Eliminação do consumo de água mineral em garrafas plásticas.	100%
	Aumento de 87% do número de parceiros oficiais do Programa de Combate à Desinformação (meta: 25%).	344%
	Treinamento de 42% dos servidores em segurança da informação (meta: 50%).	84%
OE5: Promover a valorização, a qualificação, a satisfação e a saúde dos servidores do STF	Realização de 6 ações do Programa de Saúde Mental do STF.	100%
	Execução de 35% do projeto de ampliação da permanência das crianças, de 16 para 24 meses, no berçário do STF.	35%
	Alcance de 98% de satisfação em relação às demandas de capacitação.	98%
	Execução de 43% do projeto de implantação de novo modelo de gestão de desempenho no STF.	43%
OE6: Aprimorar a segurança patrimonial e de pessoas do STF	Alcance de 55% das entregas previstas no Programa de Renovação da Segurança Patrimonial e de Pessoas do STF (meta: 70%).	79%

SUMÁRIO

1 Visão Geral Organizacional do STF

1.1 Quem somos 8
1.2 Principais atribuições 9
1.3 Estrutura organizacional 10
1.4 Modelo de negócios 13
1.5 Cadeia de valor 14
1.6 Mapa estratégico 15
1.7 Ambiente externo 16
1.8 Materialidade 17

2 Governança, Estratégia e Desempenho

2.1. Modelo de governança organizacional 19
2.2 Gestão de riscos 20
2.3 Estratégia 24
2.4 Resultados alcançados ante os objetivos estratégicos 26
2.5 Relacionamento com a sociedade 37

3 Resultados da Gestão

3.1 Prestação jurisdicional em números 48
3.2 Julgamentos de especial relevância em 2024 51
3.3 Dados dos processos do 8 de janeiro 54
3.4 Gestão de orçamento e finanças 55
3.5 Gestão de pessoas, da saúde e bem-estar 57
3.6 Gestão de licitações e contratos 61
3.7 Gestão patrimonial e infraestrutura 64
3.8 Gestão de Tecnologia da Informação 66
3.9 Programa STF + Sustentável 69

1. Visão Geral Organizacional do STF

O Supremo Tribunal Federal é o órgão de cúpula do Poder Judiciário, e a ele compete, precipuamente, a guarda da Constituição, conforme definido no art. 102 da Constituição da República.

É composto por onze Ministros, todos brasileiros natos (art. 12, § 3º, inc. IV, da CF/1988), escolhidos dentre cidadãos com mais de 35 e menos de 70 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada (art. 101 da CF/1988), e nomeados pelo Presidente da República, após aprovação da escolha pela maioria absoluta do Senado Federal (art. 101, parágrafo único, da CF/1988).

Entre suas principais atribuições está a de julgar a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, a arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da própria Constituição e a extradição solicitada por Estado estrangeiro.

Na área penal, destaca-se a competência para julgar, nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República, entre outros (art. 102, inc. I, a e b, da CF/1988).

Em grau de recurso, sobressaem-se as atribuições de julgar, em recurso ordinário, o habeas corpus, o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão, e, em recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição e houver o reconhecimento da existência de repercussão geral da questão constitucional (art. 102, § 3º, da CF/1988).

A partir da Emenda Constitucional 45/2004, foi introduzida a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal aprovar, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, súmula com efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal (art. 103-A da CF/1988).

O Presidente do Supremo Tribunal Federal é também o Presidente do Conselho Nacional de Justiça (art. 103-B, inc. I, da CF/1988). O Plenário, as Turmas e o Presidente são os órgãos do Tribunal (art. 3º do Regimento interno). O Presidente e o Vice-Presidente são eleitos pelo Plenário do Tribunal, dentre os Ministros, e têm mandato de dois anos. Cada uma das duas Turmas é constituída por cinco Ministros e presidida pelo mais antigo dentre seus membros, por um período de um ano, vedada a recondução, até que todos os seus integrantes hajam exercido a Presidência, observada a ordem decrescente de antiguidade (art. 4º, § 1º, do Regimento interno).

Neste capítulo será apresentada uma visão geral do Supremo Tribunal Federal, abrangendo sua missão, visão e valores, principais atribuições e estrutura organizacional. Também serão detalhados o modelo de negócios, o mapa estratégico, os principais fatores do ambiente externo que influenciam a atuação do Tribunal e os critérios de materialidade adotados na construção deste relatório.

Visão Geral Organizacional do STF

Governança, Estratégia e Desempenho

Resultados da Gestão

1.1 Quem somos

O STF é o órgão máximo do Poder Judiciário e o guardião da Constituição federal, pois cabe a ele zelar pelo seu cumprimento.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
O TRIBUNAL DA CONSTITUIÇÃO



Missão

Garantir a supremacia da Constituição, com respeito à segurança jurídica, aos direitos fundamentais e à integridade do Estado Democrático de Direito.

Visão

Até 2025, alcançar o patamar de corte preponderantemente constitucional, 100% digital, com prestação jurisdicional eficiente e alinhamento entre inteligência humana e inteligência artificial.



Guardião da Constituição Federal

Valores

Participação
Transparência
Integridade
Valorização das pessoas
Sustentabilidade
Foco no cidadão
Responsabilidade
Inovação

Órgão de cúpula do Poder Judiciário



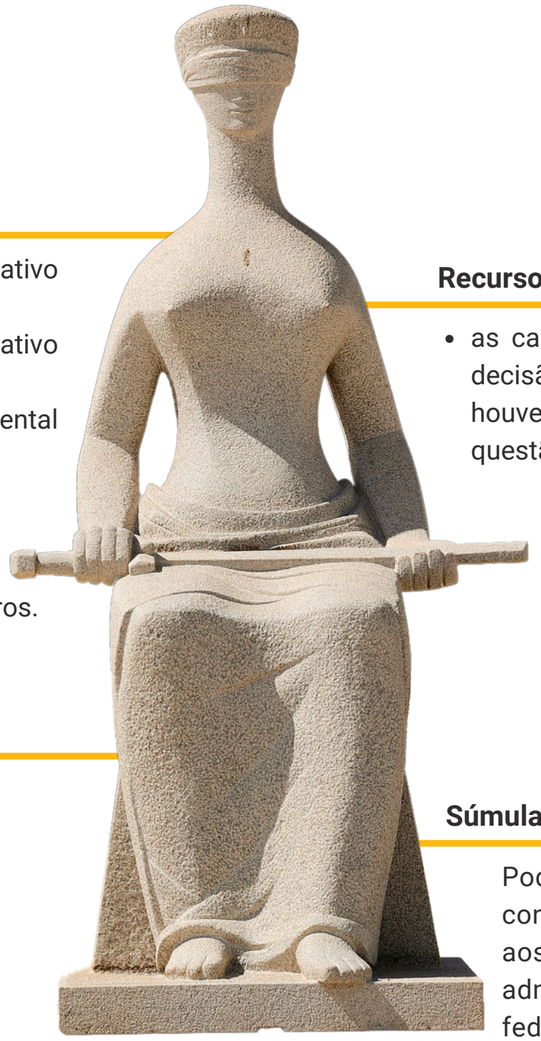
Visão Geral Organizacional do STF

Governança, Estratégia e Desempenho

Resultados da Gestão

1.2 Principais atribuições

art. 102 e 103-A da Constituição da República



Processos Originários - processar e julgar:

- a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual;
- a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;
- a arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da própria Constituição;
- a extradição solicitada por Estado estrangeiro;
- nas infrações penais comuns: o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República, entre outros.

Recursos ordinários - julgar em recurso ordinário:

- o habeas corpus;
- o mandado de segurança;
- o habeas data;
- o mandado de injunção.

quando decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.

Recursos extraordinários - julgar em recurso extraordinário:

- as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição e houver o reconhecimento da existência de repercussão geral da questão constitucional.

Súmula vinculante:

Pode aprovar, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, súmula com efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

Visão Geral Organizacional do STF

Governança, Estratégia e Desempenho

Resultados da Gestão

1.3 Estrutura organizacional

Para assegurar a prestação jurisdicional dentro de suas competências, o STF é composto por membros e órgãos – Ministros, Presidente, Turmas e Plenário – conforme estabelecido na Constituição Federal. Sua composição, competências e funcionamento são descritos no Regimento Interno do STF, que também regula os processos, os julgamentos e a organização dos serviços. A estrutura da Secretaria do Tribunal, da Secretaria-Geral e do Gabinete da Presidência é descrita no Regulamento da Secretaria, enquanto o detalhamento do funcionamento das unidades administrativas é previsto no Manual de Organização.

Constituição Federal de 1988



- Composição do Tribunal
- Guarda da Constituição
- Competências do STF
- Edição de súmulas vinculantes

Constituição Federal de 1988

Regulamento da Secretaria



- Estrutura orgânica
- Competências das unidades e titulares
- Regulação do funcionamento do Tribunal

Regulamento da Secretaria

Regimento Interno



- Composição do Tribunal
- Competências dos órgãos do STF
- Regulação do processo e do julgamento
- Disciplina dos serviços

Regimento Interno

Manual de Organização



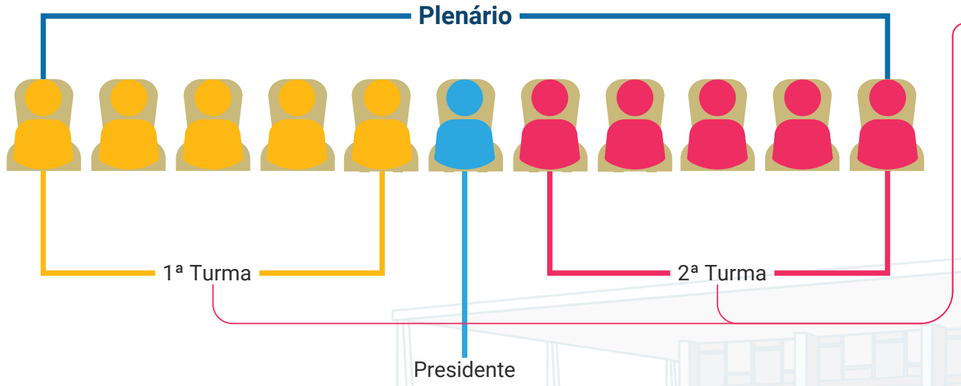
- Estrutura e funcionamento das unidades
- Organização das atividades internas
- Informações sobre serviços e processos de trabalho

Manual de Organização

1.3.1 Órgãos

Plenário:

Composto pelos 11 ministros do STF, é responsável pelas decisões colegiadas em casos de maior relevância constitucional, como ações diretas de inconstitucionalidade (ADI), mandados de injunção e arguições de descumprimento de preceito fundamental (ADPF). Também julga, nos crimes comuns, o presidente e o vice-presidente da República, os presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, os ministros do STF e o procurador-geral da República.



Turmas:

São dois grupos de cinco ministros que julgam casos de menor complexidade ou definidos pelo regimento, como habeas corpus, recursos ordinários e ações penais contra autoridades com foro privilegiado, como deputados federais, senadores, ministros de Estado, comandantes das Forças Armadas, membros dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União, além de chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Presidente:

O Presidente e o vice são eleitos para mandato de dois anos. O Presidente também preside o Conselho Nacional de Justiça.

Entenda:

Os ministros podem decidir individualmente em situações previstas no regimento, como liminares em mandados de segurança ou habeas corpus, e em casos com jurisprudência consolidada.

As decisões das Turmas e as monocráticas podem ser submetidas ao Plenário em casos de maior relevância ou controvérsia constitucional.

Visão Geral Organizacional do STF

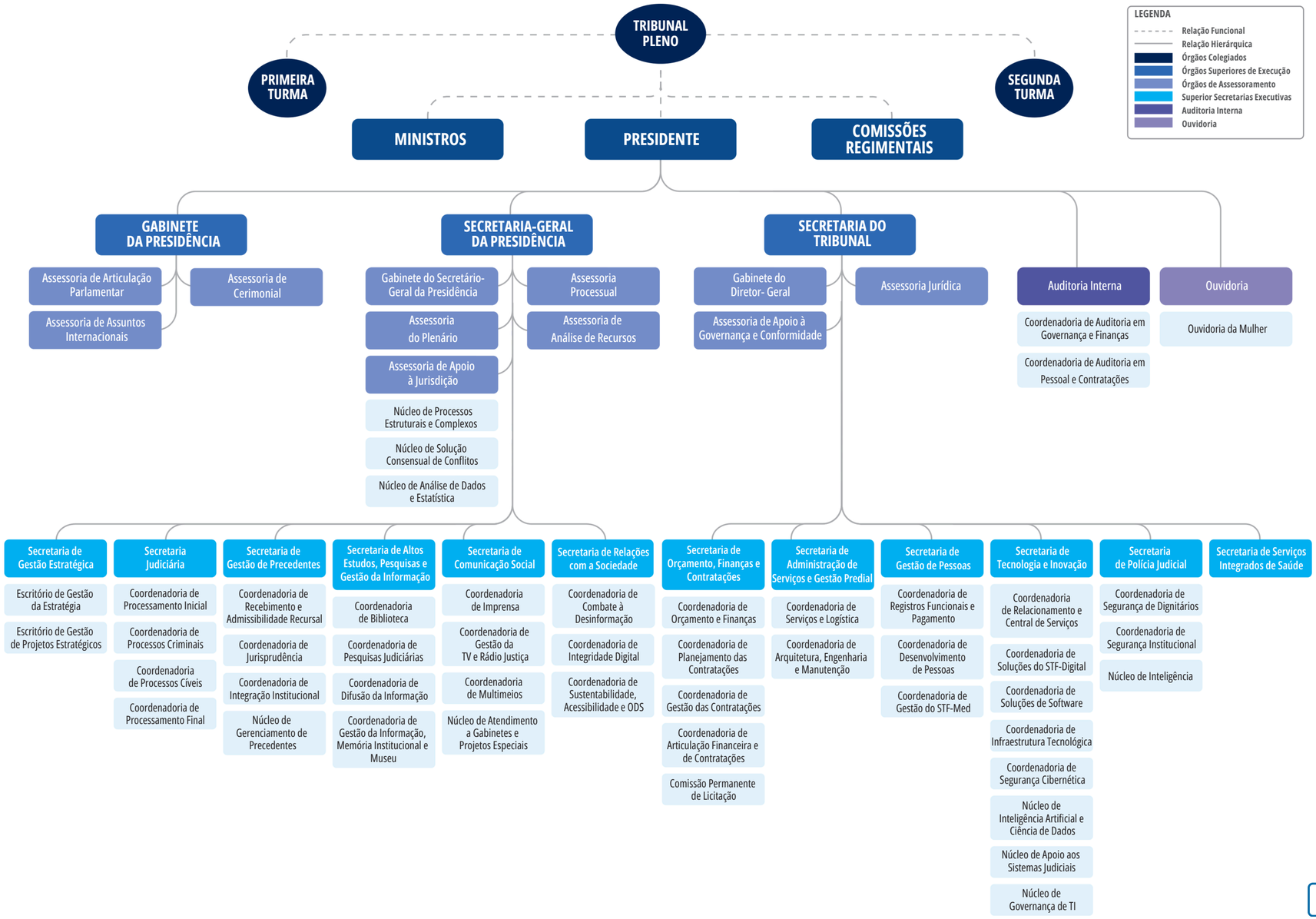
Governança, Estratégia e Desempenho

Resultados da Gestão

Saiba mais: STF com você

1.3.2 Organograma

O organograma do STF detalha sua estrutura organizacional até o segundo nível hierárquico, promovendo maior flexibilidade e eficiência nas operações administrativas.



Visão Geral Organizacional do STF

Governança, Estratégia e Desempenho

Resultados da Gestão

Organograma

1.4 Modelo de negócios

O modelo de negócios do STF apresenta como a instituição gera valor à sociedade, destacando três elementos principais: forças e recursos, que envolvem pessoas, tecnologia e orçamento; processos de trabalho, conduzidos de forma alinhada à estratégia e aos valores institucionais; e os resultados alcançados, que estão diretamente ligados ao valor público entregue à sociedade.

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão

NOSSA FORÇA E NOSSOS RECURSOS

Pessoas

Força de Trabalho	Ações de capacitação	Bolsas de autodesenvolvimento
1.227	198	108

Gestão de TI

Automação de rotinas cartorárias	Nova ferramenta de IA - MarIA	Ferramenta de IA - VitorIA	Fortalecimento da segurança cibernética
Liberando servidores para realizarem tarefas mais complexas e estratégicas	**Elaboração de ementas, relatórios em recursais e análise preliminar de Reclamações**	**Auxílio na identificação de 19 novos temas de Repercussão Geral**	**Maior proteção contra atividades maliciosas e ataques cibernéticos**

Relacionamento com a sociedade

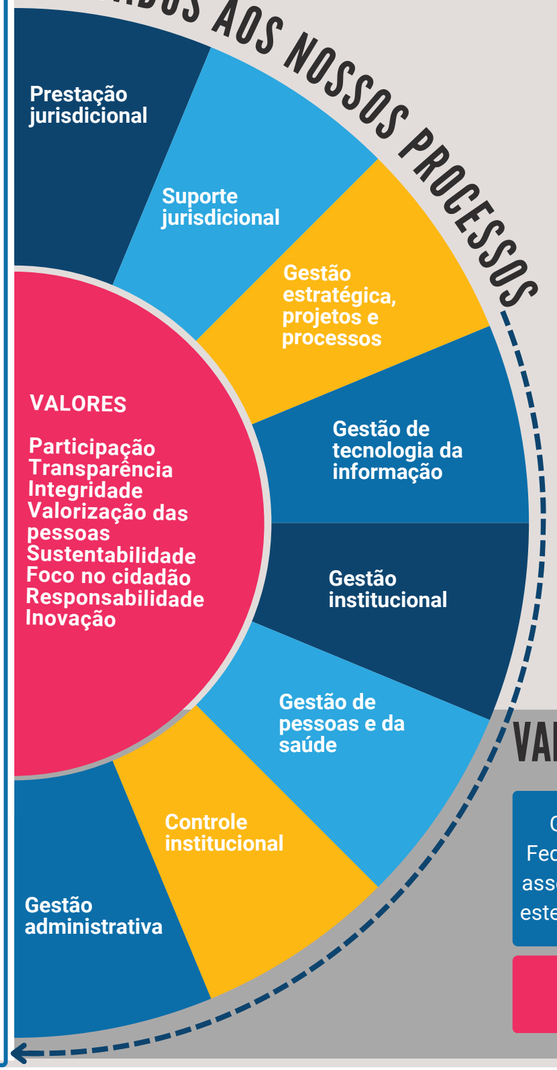
Atendimentos da ouvidoria	Ações e projetos e destinados à sociedade	Engajamento total nas redes sociais
45.928	**Exposições / Publicações** **Visitação / Eventos**	2.117.761

Gestão Orçamentária e Financeira

Valor previsto na LOA	Valor executado	Percentual executado
908,9 milhões	908,6 milhões	99,97%

APLICADOS AOS NOSSOS PROCESSOS

ESTRATÉGIA



GERAM NOSSOS RESULTADOS

Decisões 115.508
- 21.439 Colegiadas
  - 7.791 Plenário
  - 13.648 Turmas
- 94.069 Monocráticas

Acórdãos publicados 22.197

Sessões de julgamento
- 108 Sessões Plenárias → 7.714 processos julgados
- 117 Sessões nas Turmas → 13.648 processos julgados

Acervo
20.743 Processos em tramitação em 31/12/2024 ↓13,6% em relação a 2023

Repercussão Geral

Novos temas de RG	Temas de RG com mérito julgado	Processos aptos a serem resolvidos pela origem	Processos devolvidos à origem com fundamento na RG
77	44	+ de 21 mil	11.601

Responsabilização pela tentativa de golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito

Ações penais	Acordos de não persecução penal (ANPP)	Julgamentos	Condenações	Prisões
1.552	527	435	371	155

VALOR PÚBLICO

Garantia da supremacia da Constituição Federal e coerência do ordenamento jurídico, assegurando que normas infraconstitucionais estejam em conformidade com a Constituição

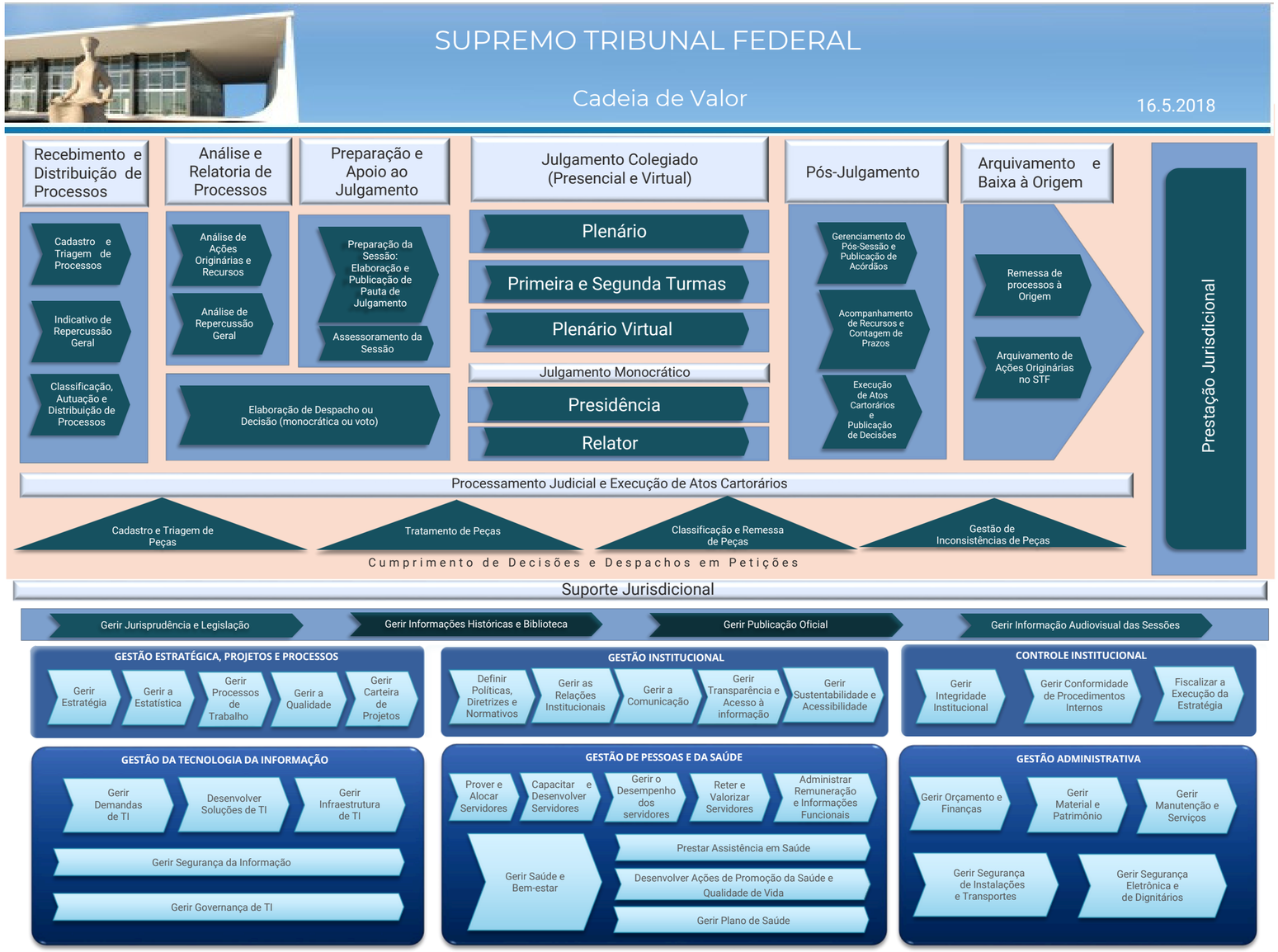
Segurança jurídica, coerência e uniformidade na interpretação e aplicação da lei em todo o Brasil

Proteção dos direitos fundamentais

Integridade do Estado Democrático de Direito

1.5 Cadeia de valor

A cadeia de valor do STF traz uma descrição visual do conjunto de atividades desempenhadas pela instituição no intuito de agregar valor aos seus produtos e aos serviços prestados e possibilita uma visão global de todos os processos finalísticos e de apoio do STF com suas correlações e dependências. A cadeia de valor do STF será atualizada em 2025.



Cadeia de Valor

Visão Geral Organizacional do STF

Governança, Estratégia e Desempenho

Resultados da Gestão

1.6 Mapa estratégico

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão

MISSÃO

Garantir a supremacia da Constituição, com respeito à segurança jurídica, aos direitos fundamentais e à integridade do Estado Democrático de Direito.

VISÃO

Até 2025, alcançar o patamar de corte preponderantemente constitucional, 100% digital, com prestação jurisdicional eficiente e alinhamento entre inteligência humana e inteligência artificial.

NORTE DA GESTÃO
Aproximar o Supremo e a Constituição da sociedade

ENTREGAS À SOCIEDADE

Prestação jurisdicional

- Priorizar o perfil de Corte constitucional
- Garantir maior eficiência e celeridade na prestação jurisdicional

PROCESSOS INTERNOS

Comunicação interna e externa

- Aprimorar a comunicação com a sociedade

Governança e gestão organizacional

- Aprimorar a governança e a gestão organizacional com foco na sustentabilidade, acessibilidade, integridade digital e combate à desinformação

PESSOAS E RECURSOS

Pessoas

- Promover a valorização, a qualificação, a satisfação e a saúde dos servidores do STF

Segurança institucional

- Aprimorar a segurança patrimonial e de pessoas do STF

VALORES Participação · Transparência · Integridade · Valorização das pessoas · Sustentabilidade · Foco no cidadão · Responsabilidade · Inovação

1.7 Ambiente externo

Principais fatores do ambiente externo que podem afetar o Tribunal

Demanda por maior celeridade processual

A crescente expectativa social por decisões rápidas exige do STF constante aprimoramento de seus fluxos internos e ampliação do uso de tecnologias que otimizem o trâmite processual.

Judicialização da política

O STF segue sendo demandado para resolver questões políticas e institucionais, exigindo uma atuação que equilibre o respeito à separação dos poderes com a defesa dos direitos fundamentais e da Constituição.

Ataques institucionais e tentativas de enfraquecimento do STF

Campanhas de desinformação e discursos que buscam deslegitimar o STF têm se intensificado, representando uma ameaça à estabilidade institucional. Em 2024, esse cenário culminou em um ataque com artefato explosivo contra o Tribunal, evidenciando a necessidade de reforçar a segurança para proteger tanto as pessoas que atuam no STF quanto o patrimônio público.

Manifestações de ódio e intolerância

O crescimento de discursos e ações hostis contra o STF e seus integrantes tem gerado impactos diretos na segurança institucional e na integridade física de magistrados e servidores. O Tribunal tem adotado medidas para identificar e mitigar essas ameaças, bem como fortalecer o diálogo com a sociedade para combater a desinformação e proteger o Estado Democrático de Direito.

Incorporação de princípios ESG (Environmental, Social and Governance)

As crescentes expectativas e exigências dos órgãos de controle têm impulsionado a incorporação dos princípios ESG na administração pública. Essa tendência destaca a importância da sustentabilidade ambiental, da inclusão social e da transparência na gestão dos recursos públicos como elementos fundamentais para fortalecer a governança e atender aos anseios da sociedade.

Perspectivas do STF

- Otimizar sistemas e automatizar rotinas para garantir maior agilidade e eficiência na tramitação processual.
- Ampliar o uso de ferramentas de inteligência artificial para apoiar as atividades jurisdicionais e administrativas.
- Fortalecer ações para ampliar o acesso a informações claras e confiáveis sobre o STF, visando combater a desinformação e aproximar o Tribunal da sociedade.
- Atuar com independência e imparcialidade, assegurando o respeito à separação dos poderes e à Constituição.
- Reforçar a segurança institucional, por meio da modernização de equipamentos, revisão de protocolos e investimentos em tecnologia, visando proteger as pessoas e o patrimônio do STF diante de ameaças físicas e virtuais.
- Fortalecer práticas de sustentabilidade e governança, ampliando o alinhamento às diretrizes ESG na gestão pública.

Visão Geral Organizacional do STF

Governança, Estratégia e Desempenho

Resultados da Gestão

1.8 Materialidade

A elaboração deste relatório seguiu o princípio da materialidade, destacando informações e resultados que melhor representam as prioridades e os impactos da atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2024. A seleção dos conteúdos foi orientada por aspectos estratégicos e institucionais, considerando os seguintes critérios:

Norte da gestão

As iniciativas apresentadas refletem o compromisso do STF em aproximar o Tribunal e a Constituição da sociedade, ampliando o entendimento sobre o papel da Suprema Corte e a relevância de suas decisões na vida dos cidadãos.

Fortalecimento da comunicação institucional

A atuação do STF nas redes sociais e a produção e disseminação de conhecimento, direcionadas tanto ao público interno quanto ao externo, foram fundamentais para ampliar a compreensão sobre as atividades do Tribunal e seus impactos sociais.

Ações e projetos de relacionamento com a sociedade

As ações desenvolvidas com esse foco, como exposições e eventos educativos, estão diretamente alinhadas ao objetivo de estreitar a relação entre o STF e a população, promovendo maior transparência e engajamento.

Resultados das principais áreas de atuação

Foram destacados projetos e ações que evidenciam os avanços obtidos na prestação jurisdicional, na modernização administrativa e na valorização dos servidores, acompanhados de informações financeiras que demonstram como os recursos do Tribunal foram aplicados para viabilizar esses resultados.

Essa abordagem garante que o relatório apresente de forma clara e objetiva os principais avanços alcançados, destacando como o STF tem empregado seus recursos para fortalecer sua missão constitucional e entregar valor à sociedade brasileira.

2. Governança, Estratégia e Desempenho

A governança é um tema essencial para as todas as organizações e não poderia ser diferente no setor público. A implantação da governança organizacional visa elevar a qualidade da gestão com transparência, responsabilidade, prestação de contas e utilização racional dos recursos disponíveis, em consonância com a missão, visão e valores do Tribunal.

O STF incentiva a disseminação do conhecimento sobre o assunto e aplica na prática em todos níveis de atuação, a fim de contribuir para o aperfeiçoamento institucional e para a e eficiência das tomadas de decisão.

A responsabilidade pelo tema é distribuída por diversos atores e a maneira como eles se organizam, interagem e procedem é prevista no Sistema de Governança do STF (SIGOV), que também prevê as instâncias de governança, os processos de trabalho, os instrumentos ou práticas, o fluxo de informações e o comportamento dos atores envolvidos direta, ou indiretamente, na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da organização.

Em complemento, a Política de Governança do STF prevê as competências específicas das instâncias superiores de governança e das principais instâncias de apoio à governança; a criação de novas instâncias temáticas de apoio à governança especializadas em questões transversais e estratégicas para o Tribunal, a fim de garantir a gradual consolidação das rotinas e do fluxo do processo decisório no SIGOV; o funcionamento e as rotinas do Sistema; e os tipos de decisões a serem tomadas pelas instâncias.

As instâncias temáticas de apoio à governança atuam na implementação e coordenação de políticas, programas, planos, projetos e demais práticas de incentivo instituídas, com vistas a promover o debate e direcionar a atuação dos administradores em áreas transversais e tidas como estratégicas pela alta administração do STF. Em complemento, para alguns temas, existem colegiados responsáveis por assessorar e prover as instâncias superiores de governança de subsídios para realizações de suas competências, promover a comunicação entre partes interessadas e o Tribunal, bem como avaliar os processos de governança e de gestão de riscos e os controles internos.

Em consonância com a governança, a estratégia do STF representa as escolhas e prioridades estabelecidas pela liderança do Tribunal, tendo como referência a missão, a visão, os valores, os temas estratégicos e o norte das gestões do STF. Essas escolhas e prioridades pressupõem o alinhamento entre as unidades envolvidas e abrangem objetivos, indicadores, metas, programas e projetos estratégicos, que agregam valor e promovem transformação na atuação do Tribunal quanto à sua finalidade, de modo que a prestação jurisdicional alcance resultados efetivos perante a sociedade.

Neste capítulo são apresentadas informações sobre a governança e a gestão de riscos no STF, o modelo de gestão da estratégia, os principais resultados alcançados em 2024 em relação aos objetivos e metas estratégicos estabelecidos e seus impactos sociais. Também são destacadas iniciativas alinhadas ao norte da gestão “Aproximar o Supremo e a Constituição da sociedade”, com foco no fortalecimento da comunicação institucional e na aproximação do Tribunal com a sociedade.

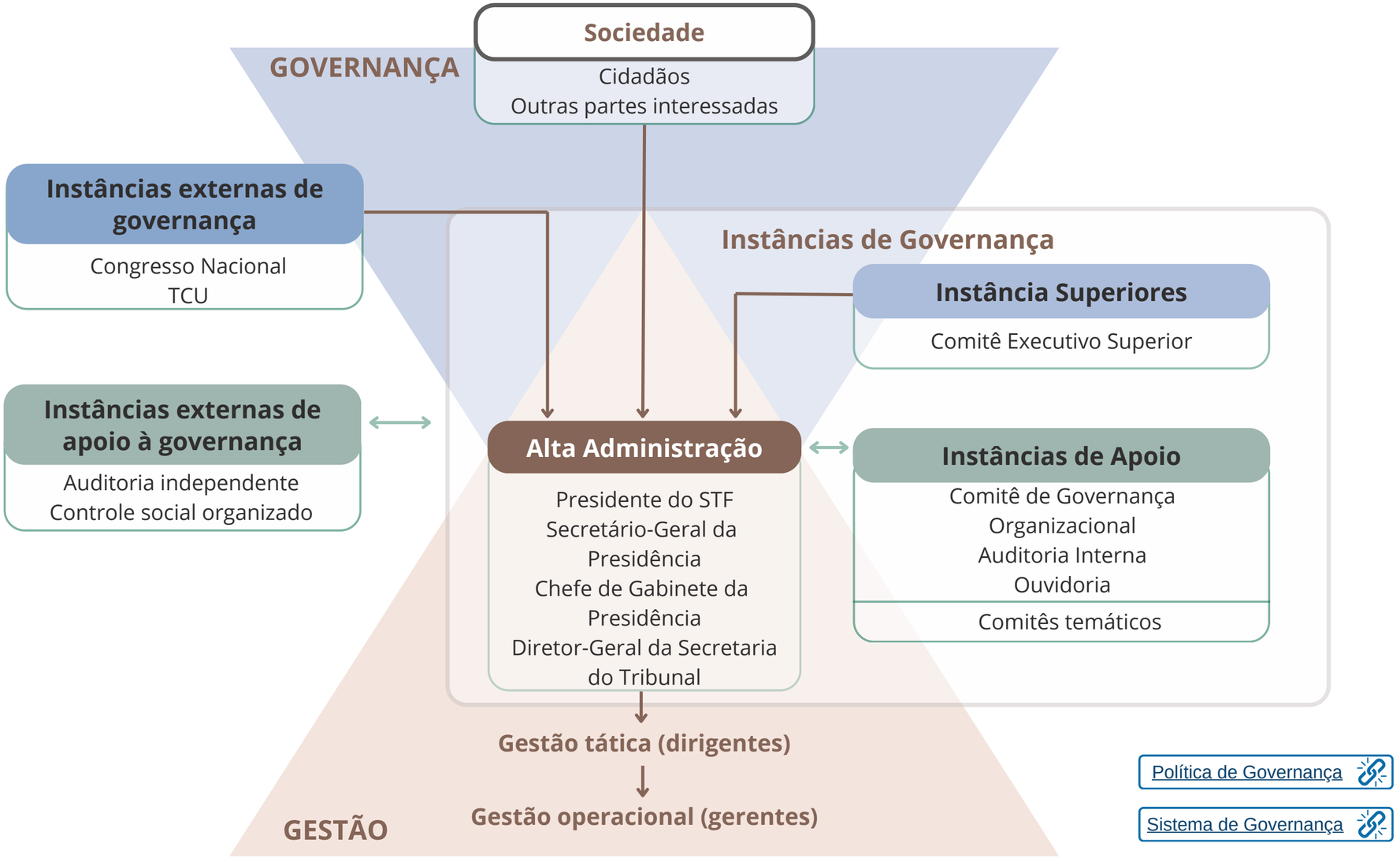
Visão Geral Organizacional do STF

Governança, Estratégia e Desempenho

Resultados da Gestão

2.1 Modelo de governança organizacional

O Modelo de Governança do STF se baseia no Sistema de Governança (SIGOV), implementado pela Resolução 755/2021, que consolida a aplicação de práticas de liderança, de estratégia e controle, com a implementação de instâncias de governança, políticas, programas e planos que permitem aos dirigentes do Tribunal e às partes nela interessadas avaliar sua situação e demandas, direcionar a sua atuação e monitorar o seu funcionamento, de modo a aumentar as chances de entrega de resultados e serviços aos cidadãos de forma eficiente e efetiva.



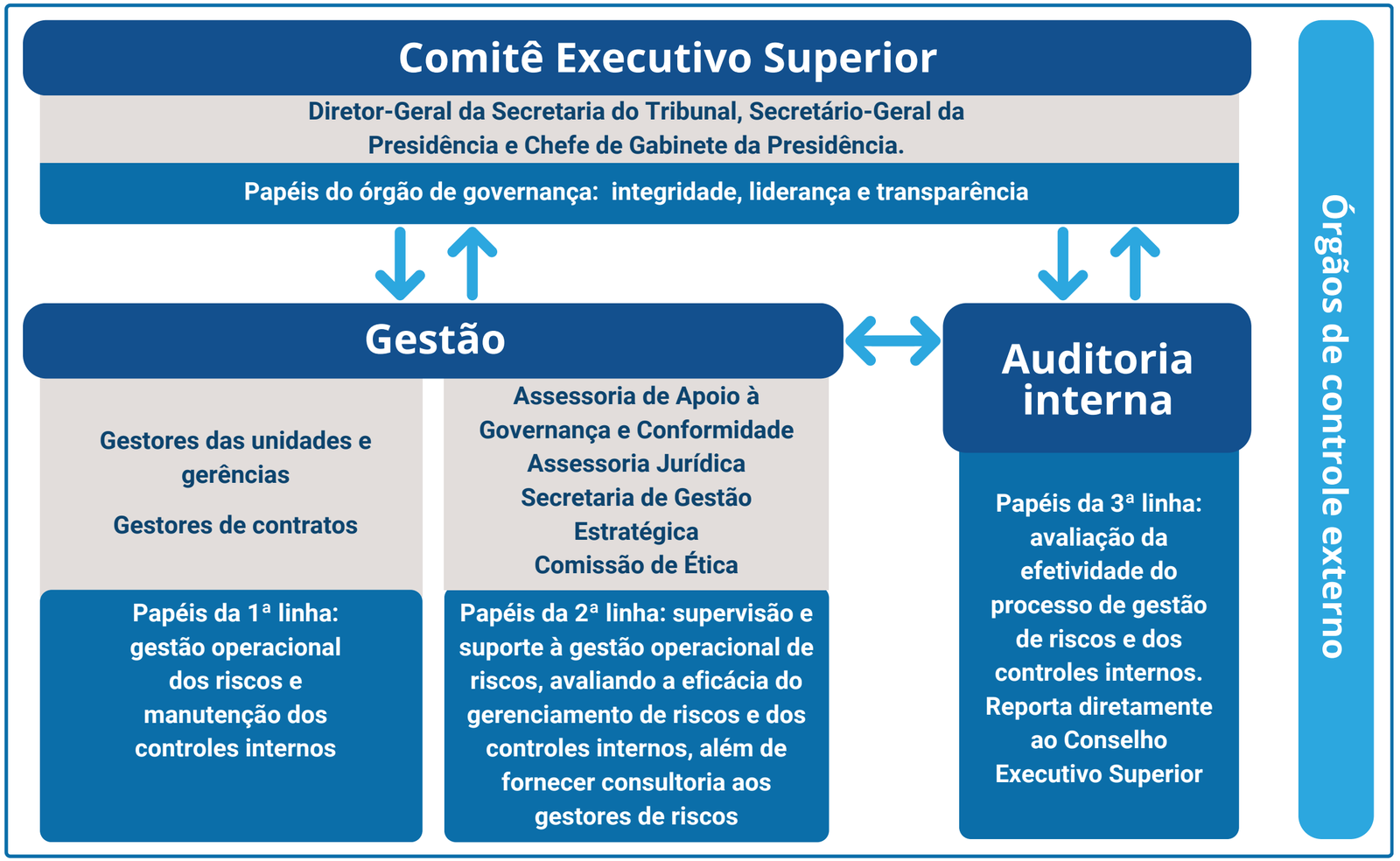
Política de Governança

Sistema de Governança

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão

2.2 Gestão de riscos

A gestão de riscos no Tribunal foi estruturada por meio da publicação da política de gestão de riscos, constante da Resolução 781/2022. A gestão de riscos é realizada de maneira integrada por todos os níveis e todas as unidades da estrutura do Tribunal, seguindo o modelo das três linhas do The IIA, que atribui funções específicas a cada linha. No STF, os responsáveis e papéis de cada linha estão ilustrados a seguir:



Visão Geral Organizacional do STF

Governança, Estratégia e Desempenho

Resultados da Gestão

2.2.1 Principais riscos

Principais riscos	Ações de mitigação
Ameaças à integridade do regime democrático Ações antidemocráticas e tentativas de enfraquecer a autoridade do STF. 	Programa de combate à desinformação com o lema *Sociedade Informada, Democracia Forte* Boletim Informação à Sociedade Priorização do perfil de Corte Constitucional Exposição "Após 8 de janeiro: reconstrução, memória e democracia" Atualização do tour virtual do Museu Ministro Sepúlveda Pertence com imagens dos ataques de 8 de janeiro
 **Prejuízo à prestação jurisdicional** Restrições orçamentárias que comprometem a continuidade das atividades do Tribunal e a manutenção dos avanços alcançados.	Abertura de crédito extraordinário para corrigir distorções no teto de gastos. Investimentos em tecnologia da informação para aumentar a produtividade sem ampliar o quadro de servidores. Projeto para que tribunais possam utilizar rendas próprias. Projeto de Lei para criação de funções comissionadas para dar suporte às atividades essenciais.
Hostilidades e ataques à instituição ou dignitários Ameaças e episódios concretos de violência, como o ataque com artefato explosivo ocorrido em 2024. 	Solicitação de abertura de crédito extraordinário para reforçar a segurança institucional e criar cargos para fortalecer a equipe. Mudança da "Secretaria de Segurança" para "Secretaria de Polícia Judicial", ampliando seu papel na proteção do Tribunal e membros. Ampliação do sistema de CFTV, aquisição de sistema de reconhecimento facial, armamentos e equipamentos para assegurar a proteção do patrimônio e das pessoas.
 **Ataques Cibernéticos** Crescente ameaça de invasões e violações na segurança digital.	Contratação de serviços gerenciados em segurança da informação. Implantação de múltiplo fator de autenticação para controle de acesso. Adoção do sistema XDR para detecção e resposta estendida a incidentes de segurança. Ativação de solução Anti-DDoS para proteção contra ataques virtuais.
Impactos socioambientais Impactos ambientais e sociais negativos decorrentes das atividades do Tribunal. 	Programa STF + Sustentável. Implantação de usinas fotovoltaicas. Projeto STF Carbono Zero. Contratação da CETEFE para inclusão de pessoas com deficiência na equipe de terceirizados. Ações de acessibilidade e inclusão para promover a igualdade de acesso e participação.

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão

2.2.2 Risco de prejuízo à prestação jurisdicional

A manutenção dos limites orçamentários nos moldes atuais pode comprometer significativamente a capacidade do Supremo Tribunal Federal (STF) de manter o nível de excelência e eficiência alcançado nos últimos anos. As restrições impostas pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que estabeleceu um teto constitucional de despesas com base no orçamento de 2016 — já reduzido em 30% nas despesas discricionárias —, somadas aos efeitos da Lei Complementar nº 200/2023, que introduziu a Variação Real da Receita (VRR) como critério para correção dos limites orçamentários, têm gerado impactos diretos na capacidade operacional do Tribunal. Essa limitação orçamentária coloca em risco a continuidade dos avanços obtidos na prestação jurisdicional.

Desde 2009, o STF tem operado com orçamentos reais cada vez menores. O orçamento previsto para 2025 corresponde a apenas 68,93% do valor atualizado do orçamento de 2009, evidenciando uma significativa perda de capacidade financeira. Essa limitação não é isolada: o orçamento do Poder Judiciário da União (PJU) também sofreu retração, representando 89% do orçamento atualizado de 2009, o que gerou uma defasagem acumulada estimada em R$ 177,3 bilhões, valor equivalente a quase três vezes o orçamento previsto para 2025.

Apesar desse cenário restritivo, o STF tem adotado medidas eficazes para manter elevados níveis de produtividade e otimizar sua atuação. A Corte tem proferido, em média, cerca de 110 mil decisões por ano desde 2009, com destaque para 2017 e 2018, que registraram mais de 120 mil decisões cada. Essa eficiência foi mantida em 2024, com 115.508 decisões. Além disso, o acervo de processos foi reduzido em 79,39% no mesmo período, reflexo de investimentos contínuos em inovação, reestruturação de fluxos de trabalho e modernização tecnológica, como a implementação de ferramentas de inteligência artificial como VitorIA e MarIA.

Contudo, essa eficiência pode não ser sustentável se as limitações orçamentárias forem mantidas. Restrições financeiras comprometem a ampliação de tecnologias que aceleram o julgamento de processos e limitam programas voltados à saúde e valorização dos servidores, fundamentais para a manutenção de um ambiente de trabalho produtivo e eficiente. Também dificultam investimentos em iniciativas sustentáveis, modernização dos sistemas de segurança e melhorias na acessibilidade física e digital.

Para mitigar os riscos gerados pelas limitações orçamentárias e assegurar a continuidade dos avanços conquistados, o STF tem adotado uma série de medidas estratégicas, como:

- Em 2024, exclusivamente, a abertura de crédito extraordinário em benefício do Poder Judiciário da União para a compensação de erro na definição do limite de gastos referente ao cálculo de despesas realizadas no exercício de 2016, conforme o Acórdão TCU 1.103/2024. Após a liberação dos recursos por meio da Medida Provisória 1.238/2024, o STF recebeu diretamente R$ 6,6 milhões e obteve de outros órgãos judiciais federais, mediante portarias conjuntas e termos de execução descentralizada, o montante de R$ 125 milhões, o que permitiu antecipar despesas essenciais na área de tecnologia, segurança institucional e infraestrutura, além de garantir o custeio da finalização da construção do Museu do STF em parceria com a Unesco.
- Investimentos em Tecnologia da Informação: Ações voltadas à ampliação do uso de automações e ferramentas de inteligência artificial para elevar a produtividade do Tribunal, sem a necessidade de aumentar o número de servidores.
- Projeto para Utilização de Rendas Próprias: Proposta que busca autorizar os tribunais a utilizarem suas receitas próprias, como taxas judiciais e emolumentos cartorários, para financiar despesas operacionais e investimentos em áreas estratégicas.
- Projeto de Lei para Criação de Funções Comissionadas: Proposta que visa criar novas funções comissionadas para melhor gerenciar a estrutura administrativa e aprimorar o suporte às atividades judiciais.

Diante desse contexto, é essencial que sejam avaliadas alternativas para viabilizar recursos adicionais que garantam a continuidade dos avanços alcançados, assegurando que o STF continue desempenhando seu papel constitucional de forma eficaz, promovendo a segurança jurídica e protegendo os direitos fundamentais da sociedade brasileira.

Redução Orçamentária

68,93%

Orçamento previsto para 2025 representa apenas 68,93% do orçamento atualizado de 2009.

Defasagem no PJU

R$ 177,3 bilhões

Prejuízo acumulado estimado em R$ 177,3 bilhões (equivalente a quase 3 vezes o orçamento de 2025).

Produtividade

115.508

Decisões proferidas em 2024.
Média de decisões proferidas por ano desde 2009: 110 mil.

Acervo

79,39%

Redução do acervo de processos desde 2009.

Ações de mitigação

- **Crédito extraordinário em 2024**
- **Investimentos em TI**
- **Projeto de uso de rendas próprias**
- **PL para criação de FCs**

Visão Geral Organizacional do STF

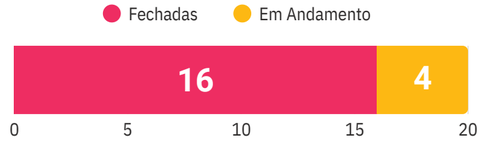
Governança, Estratégia e Desempenho

Resultados da Gestão

2.2.3 Atendimento às recomendações dos órgãos de controle

Em 2024, o Tribunal intensificou o acompanhamento das recomendações em andamento, adotando um monitoramento mais próximo e focado nas prioridades, especialmente aquelas ligadas à prestação de contas e temas estratégicos. Essa abordagem tem se mostrado eficaz, refletindo-se no aumento significativo do número de recomendações concluídas pelas unidades.

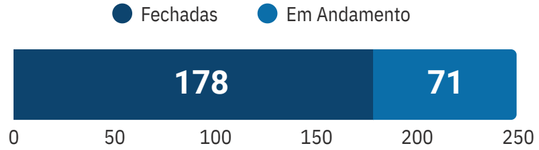
20 Deliberações do TCU



O número de deliberações fechadas dobrou em relação a 2023, passando de 40% para 80% do total.

Fonte: Relatório do sistema JIRA - Situação em 06.03.2025

249 Recomendações da Auditoria Interna



O número de recomendações fechadas aumentou significativamente, passando de 44% para 71% do total em relação a 2023.

Fonte: Relatório do sistema JIRA - Situação em 03.02.2025

Relatório de monitoramento

Visão Geral Organizacional do STF

Governança, Estratégia e Desempenho

Resultados da Gestão

2.3 Estratégia

O planejamento estratégico é uma ferramenta essencial na gestão para orientar decisões e melhorar os resultados organizacionais. Estratégias são escolhas que impactam a atuação da instituição em relação aos seus objetivos, sendo cruciais para atingir metas organizacionais. O Modelo de Gestão Estratégica do STF está definido na Resolução 782/2022. A representação a seguir ilustra a estrutura de planejamento estratégico do STF.



Mais abrangente e estável, contempla a missão, a visão de futuro, os valores e os temas estratégicos, e serve como referência para os planos estratégicos de cada presidência (de até 2 anos) do STF.

Alinhado ao Plano Estratégico de longo prazo, apresenta o norte da gestão, os objetivos estratégicos, as metas, os indicadores e as prioridades de melhoria, que promovem o desdobramento dos objetivos estratégicos em ações, iniciativas e projetos estratégicos.

Planos de ações das unidades organizacionais que possuem interface e alinhamento com a estratégia do Tribunal que objetivam o alcance das metas estabelecidas.

A gestão monitora indicadores estratégicos, projetos, ações e riscos, reportando resultados à Alta Administração e às unidades do Tribunal. Nesse processo, podem ser identificados problemas, oportunidades e elaboradas propostas de revisão. Ao final, é apresentado um relatório consolidado do Plano Estratégico da Gestão.

Plano Estratégico de 5 anos



Plano Estratégico 2021-2025

Plano Estratégico da Gestão



Plano Estratégico da Gestão 2023/2025

Relatório de Resultados



Relatório de Resultados 2023-2025

2.3.1 Norte da gestão e temas estratégicos prioritários com seus objetivos e metas

O Norte da gestão sintetiza, em uma frase curta, a visão e a direção da administração do STF, orientando a priorização de iniciativas e ações estratégicas. Inspirado no valor de foco no cidadão, o Norte destaca que as pessoas estão em primeiro lugar, guiando a atuação do Tribunal na proteção dos direitos e na melhoria contínua dos serviços prestados.

Para aproximar o STF da sociedade, a gestão aposta na comunicação clara e acessível, na explicação do impacto das decisões na vida das pessoas e na difusão do conhecimento sobre a Constituição. O Norte da gestão também enfatiza a melhoria da prestação jurisdicional, a comunicação transparente e o fortalecimento da governança e da gestão organizacional.

O diagrama abaixo ilustra a conexão do Norte da gestão com os temas estratégicos prioritários, objetivos e metas estabelecidos no Plano Estratégico da Gestão 2023-2025.

NORTE DA GESTÃO

Aproximar o Supremo e a Constituição da sociedade

TEMAS ESTRATÉGICOS

	Prestação jurisdicional	Comunicação interna e externa	Governança e gestão organizacional	Pessoas	Segurança institucional
OBJETIVOS E METAS ESTRATÉGICAS	**OE1: Priorizar o perfil de Corte constitucional**	**OE3: Aprimorar a comunicação com a sociedade**	**OE4: Aprimorar a governança e a gestão organizacional com foco na sustentabilidade, acessibilidade, integridade digital e combate à desinformação**	**OE5: Promover a valorização, a qualificação, a satisfação e a saúde dos servidores do STF**	**OE6: Aprimorar a segurança patrimonial e de pessoas do STF**
	- Reduzir em 20% o estoque de temas de repercussão geral pendentes de julgamento - Reduzir em 20% o estoque de processos de controle concentrado	- Implementar a Ouvidoria do STF para escuta da população - Ampliar o alcance do programa STF na Escola, passando de 5 para 25 o número de instituições de ensino - Divulgar 100% das decisões mais relevantes do Plenário por meio do boletim Informação à Sociedade - Lançar aplicativo (APP) de streaming da TV Justiça - Divulgar em inglês e espanhol resumo das decisões mais relevantes tomadas pelo Tribunal - Lançar ao menos 5 novas exposições no Museu do STF	- Aumentar para 75% o índice de acessibilidade do STF - Alcançar ao menos 30% de entregas previstas no programa *STF + Sustentável* - Reduzir em 50%, no âmbito do STF, o consumo de água mineral envasada em garrafas plásticas - Treinar ao menos 50% do quadro de pessoal do STF em segurança da informação - Aumentar em 25% o número de parceiros oficiais do Programa de Combate à Desinformação do STF	- Realizar ao menos 6 ações por ano do Programa de Saúde Mental do STF - Ampliar a permanência das crianças, de 16 para 24 meses, no berçário do STF - Alcançar, ao menos, 70% de satisfação em relação às demandas de capacitação - Implantar novo modelo de gestão de desempenho no STF	- Alcançar ao menos 70% de entregas previstas no Programa de Renovação da Segurança Patrimonial e de Pessoas do STF
	OE2: Garantir maior eficiência e celeridade na prestação jurisdicional				
	- Consolidar o STF-Digital como ambiente único para o trabalho nos Gabinetes - Expandir o escopo da VitórIA para a classe processual reclamações				

Visão Geral Organizacional do STF

Governança, Estratégia e Desempenho

Resultados da Gestão

2.4 Resultados alcançados ante os objetivos estratégicos

O ano de 2024 marcou avanços significativos na implementação do Plano Estratégico da Gestão 2023/2025 (PEG-STF 2023/2025), consolidando esforços para aproximar o STF da sociedade e aprimorar a prestação jurisdicional. As ações desenvolvidas tiveram como foco o fortalecimento da comunicação com os cidadãos, a modernização de processos internos e o investimento em inovação e sustentabilidade. Esta seção apresenta os principais resultados alcançados ao longo do ano, destacando os impactos sociais gerados pelas iniciativas estratégicas implementadas.

Resultado parcial do PEG-STF 2023/2025 em 2024

06 Objetivos

20 Metas



65%

DAS METAS ALCANÇADAS

13 das 20 metas já estão alcançadas, ou seja, os resultados de seus indicadores de desempenho assinalam que o quantitativo ou o percentual estabelecido como meta foi alcançado em 2024.

25%

DE METAS COM TENDÊNCIA DE ALCANCE

5 das 20 metas apresentam percentual de alcance igual ou superior a 50%.

10%

DE METAS NÃO ALCANÇADAS

2 das 20 metas apresentam percentual de alcance inferior a 50%.

Os resultados alcançados em 2024 refletem o compromisso contínuo do STF com a construção de uma Justiça mais eficiente, transparente e próxima do cidadão.

Nas próximas páginas, serão apresentados os detalhes do cumprimento de cada meta estratégica, destacando as ações e os impactos gerados ao longo do ano.

Visão Geral Organizacional do STF

Governança, Estratégia e Desempenho

Resultados da Gestão

2.4.1 Atingimento de metas por objetivo estratégico (OE)

OE 1	Priorizar o perfil de Corte constitucional	**Meta 1:** Reduzir em 20% o estoque de temas de repercussão geral pendentes de julgamento **Meta 2:** Reduzir em 20% o estoque de processos de controle concentrado
OE 2	Garantir maior eficiência e celeridade na prestação jurisdicional	**Meta 1:** Consolidar o STF-Digital como ambiente único para o trabalho nos Gabinetes **Meta 2:** Expandir o escopo da VitórIA para a classe processual reclamações
OE 3	Aprimorar a comunicação com a sociedade	**Meta 1:** Implementar a Ouvidoria do STF para escuta da população **Meta 2:** Ampliar o alcance do programa STF na Escola, passando de 5 para 25 o número de instituições de ensino **Meta 3:** Divulgar 100% das decisões mais relevantes do Plenário por meio do boletim Informação à Sociedade **Meta 4:** Lançar aplicativo (APP) de streaming da TV Justiça **Meta 5:** Divulgar em inglês e espanhol resumo das decisões mais relevantes tomadas pelo Tribunal **Meta 6:** Lançar ao menos 5 novas exposições no Museu do STF
OE 4	Aprimorar a governança e a gestão organizacional com foco na sustentabilidade, acessibilidade, integridade digital e combate à desinformação	**Meta 1:** Aumentar para 75% o índice de acessibilidade do STF **Meta 2:** Alcançar ao menos 30% de entregas previstas no programa STF + Sustentável **Meta 3:** Reduzir em 50%, no âmbito do STF, o consumo de água mineral envasada em garrafas plásticas **Meta 4:** Aumentar em 25% o número de parceiros oficiais do Programa de Combate à Desinformação do STF **Meta 5:** Treinar ao menos 50% do quadro de pessoal do STF em segurança da informação
OE 5	Promover a valorização, a qualificação, a satisfação e a saúde dos servidores do STF	**Meta 1:** Realizar ao menos 6 ações por ano do Programa de Saúde Mental do STF **Meta 2:** Ampliar a permanência das crianças, de 16 para 24 meses, no berçário do STF **Meta 3:** Alcançar, ao menos, 70% de satisfação em relação às demandas de capacitação **Meta 4:** Implantar novo modelo de gestão de desempenho no STF
OE 6	Aprimorar a segurança patrimonial e de pessoas do STF	**Meta 1:** Alcançar ao menos 70% de entregas previstas no Programa de Renovação da Segurança Patrimonial e de Pessoas do STF

Legenda: Meta alcançada | Meta com tendência de alcance | Meta não alcançada

Visão Geral Organizacional do STF

Governança, Estratégia e Desempenho

Resultados da Gestão

2.4.2 Objetivo estratégico 1: Priorizar o perfil de Corte constitucional

A atuação do STF como Corte constitucional concentra esforços na análise de questões de natureza constitucional que ultrapassam interesses individuais, visando garantir a uniformidade na interpretação e aplicação da Constituição. Essa função permite ao Tribunal: (i) definir a interpretação mais adequada dos dispositivos constitucionais, (ii) orientar juízes e tribunais na aplicação do direito constitucional e (iii) assegurar, de forma estruturada e eficaz, o cumprimento dos direitos fundamentais.

No Brasil, cabe ao STF verificar se leis e atos normativos estão em conformidade com a Constituição Federal, consolidando seu papel essencial de fixar, de forma clara e acessível, a interpretação dos princípios constitucionais. Esse objetivo estratégico visa direcionar esforços para fortalecer essa atuação prioritária.

Para este objetivo, foram estabelecidas duas metas:

META 1.1 Reduzir em 20% o estoque de temas de repercussão geral pendentes de julgamento

Indicador: Taxa de redução do estoque de temas de repercussão geral
Resultado: 33%

IMPACTOS SOCIAIS
A redução do estoque de temas pendentes permite ao STF dedicar-se a atuar na sua vocação constitucional e proporciona uma resposta jurídica mais ágil e eficiente, promovendo o aumento da segurança jurídica, visto que o instituto da repercussão geral possibilita que casos semelhantes tenham a mesma solução.

165%
da meta alcançada

META 1.2 Reduzir em 20% o estoque de processos de controle concentrado

Indicador: Taxa de redução do estoque de processos de controle concentrado
Resultado: 36%

IMPACTOS SOCIAIS
A redução do estoque de processos de controle concentrado significa que mais casos estão sendo julgados pelo STF, acelerando, assim, a solução de controvérsias constitucionais. Com isso, a sociedade se beneficia na medida em que mais normas contrárias à Constituição têm a sua eficácia prejudicada, ou, mais normas em consonância com a Constituição têm a sua eficácia confirmada, revelando a importância da Meta 1.2 para a garantia da segurança jurídica, fator indispensável à garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e à manutenção do Estado Democrático de Direito.

180%
da meta alcançada

ODS



VALOR PÚBLICO

- Garantia da supremacia da Constituição Federal e coerência do ordenamento jurídico, assegurando que normas infraconstitucionais estejam em conformidade com a Constituição
- Segurança jurídica, coerência e uniformidade na interpretação e aplicação da lei em todo o Brasil
- Integridade do Estado Democrático de Direito
- Proteção dos direitos fundamentais

2.4.3 Objetivo estratégico 2: Garantir maior eficiência e celeridade na prestação jurisdicional

A atuação do STF para gerir e decidir seu estoque de processos de forma mais eficiente e rápida exige o aprimoramento contínuo dos sistemas e processos de trabalho, além do investimento em tecnologia e inteligência artificial para agilizar a prestação jurisdicional.

A prestação jurisdicional consiste na solução de conflitos por meio da Justiça, sendo considerada efetiva quando juízes ou tribunais analisam as questões apresentadas pelas partes e proferem uma decisão.

Para este objetivo, foram estabelecidas duas metas:

META 2.1 Consolidar o STF-Digital como ambiente único para o trabalho nos Gabinetes

Indicador: Taxa de execução do projeto

IMPACTOS SOCIAIS

A implementação de sistemas e funcionalidades na plataforma STF-Digital contribui para a modernização do processo judicial, promovendo maior produtividade, segurança, velocidade e transparência no julgamento de processos no STF.

86%
de execução do projeto

META 2.2 Expandir o escopo da VitórIA para a classe processual reclamações

Indicador: Taxa de execução do projeto de expansão do escopo da VitórIA

IMPACTOS SOCIAIS

A expansão do escopo da ferramenta de Inteligência Artificial VitórIA para possibilitar a triagem qualificada e agrupamento da classe processual reclamações evidencia o esforço e o compromisso do Tribunal para implementar e utilizar a inovação tecnológica em benefício da sociedade, por meio de uma prestação jurisdicional qualificada, célere e que atenda ao interesse do cidadão. A identificação de processos semelhantes permitirá tratar questões de massa ou ondas de litigiosidade e reduzir a quantidade de processos aguardando solução no STF.

A utilização da inteligência artificial para otimizar os julgamentos e antecipar a identificação de novas controvérsias contribui para a eficiência e celeridade do sistema jurídico, fortalecendo as instituições e promovendo o acesso à justiça.

100%
da meta alcançada

ODS





VALOR PÚBLICO

Segurança jurídica, coerência e uniformidade na interpretação e aplicação da lei em todo o Brasil

Integridade do Estado Democrático de Direito

2.4.4 Objetivo estratégico 3: Aprimorar a comunicação com a sociedade

O STF busca estabelecer uma comunicação clara, acessível e transparente com a sociedade. A simplificação da linguagem e a explicação objetiva das decisões facilitam a compreensão das funções e do trabalho do Tribunal, fortalecendo a confiança na Justiça e contribuindo para o combate à desinformação. Para isso, o STF utiliza diversos canais de comunicação, como a Ouvidoria — que atua como canal de escuta e orientação —, além da Rádio e TV Justiça, canal do Whatsapp, redes sociais e sua página na internet.

Para este objetivo, foram estabelecidas seis metas:

META 3.1 Implementar a Ouvidoria do STF para escuta da população

Indicador: Taxa de implementação da Ouvidoria

IMPACTOS SOCIAIS

A Ouvidoria estabelece um canal direto de comunicação com a sociedade, e, por meio da integração às Ouvidorias Públicas, internaliza as melhores práticas relacionadas ao atendimento, qualidade dos serviços, integridade e transparência institucional.

100%
da meta alcançada

META 3.2 Ampliar o alcance do programa STF na Escola, de 5 para 25 as instituições de ensino

Indicador: Número de escolas no programa STF na Escola
Resultado: 33 escolas

IMPACTOS SOCIAIS

O programa promove a cultura constitucional na sociedade, e, assim, fortalece a cidadania, combatendo a desinformação e levando noções de cidadania e democracia a crianças e adolescentes. Esta meta tem correlação com o ODS 4 da Agenda 2030, que enfatiza a educação de qualidade como fundamento para melhorar a vida das pessoas e o desenvolvimento sustentável. Ao educar crianças e jovens sobre o STF e a democracia, o programa contribui para a formação de cidadãos informados e engajados.

165%
da meta alcançada

META 3.3 Divulgar 100% das decisões mais relevantes do Plenário por meio do boletim Informação à Sociedade

Indicador: Taxa de decisões do Plenário físico divulgadas no boletim Informação à Sociedade

IMPACTOS SOCIAIS

A divulgação das decisões do STF de forma clara e didática aos cidadãos dificulta a disseminação de desinformação, aumenta a confiança geral na instituição e gera uma boa imagem do Tribunal, que se reflete na visão que a sociedade tem do Judiciário.

100%
da meta alcançada

ODS





VALOR PÚBLICO

Integridade do Estado Democrático de Direito

Proteção dos direitos fundamentais

2.4.4 Objetivo estratégico 3: Aprimorar a comunicação com a sociedade

META 3.4 Lançar aplicativo (APP) de streaming da TV Justiça

Indicador: Taxa de entregas realizadas do projeto APP de streaming da TV Justiça

IMPACTOS SOCIAIS

O streaming permite o acesso amplo e facilitado aos atos do Poder Judiciário e às funções essenciais da Justiça e dá maior alcance aos conteúdos produzidos pela TV e Rádio Justiça. Portanto, contribui com a difusão da informação sobre o STF e o Poder Judiciário.

100%
da meta alcançada

META 3.5 Divulgar em inglês e espanhol resumo das decisões mais relevantes tomadas pelo STF

Indicador: Taxa de execução do projeto

IMPACTOS SOCIAIS

Maior visibilidade da jurisprudência do Supremo no exterior e de suas contribuições em temas-chave como direitos fundamentais, direitos humanos, democracia, Estado de Direito, crise climática e novas tecnologias, promovendo estudos e discussões sobre esses temas.

83%
de execução do projeto

META 3.6 Lançar ao menos 5 novas exposições no Museu do STF

Indicador: Número de novas exposições no Museu do STF
Resultado: 6 exposições

IMPACTOS SOCIAIS

As seis exposições lançadas pelo STF em 2024 deram visibilidade a temas relevantes como democracia, igualdade de gênero, inclusão social e enfrentamento ao capacitismo, com ampla repercussão nacional. A exposição "Mulheres do Brasil" foi apresentada em homenagem ao Dia Internacional da Mulher; a mostra "Amazônia Viva" celebrou o Dia Mundial do Meio Ambiente; e a exposição "STF pelos meus olhos", que exibe o trabalho de Bruno Moura, primeiro fotógrafo com síndrome de Down do Tribunal, integrou a campanha "Setembro Verde", voltada à conscientização sobre a inclusão social de pessoas com deficiência. Já a mostra "STF mudando a vida das pessoas", lançada em novembro, utilizou imagens, infográficos, linha do tempo e manchetes de notícias para ilustrar como as decisões do Tribunal impactam o cotidiano de milhões de brasileiros. Com essas iniciativas, o STF promove reflexões sobre preconceito, inclusão social, acessibilidade, igualdade de gênero e meio ambiente, consolidando seu papel como agente de difusão de conhecimento e promotor do aprendizado na sociedade.

120%
da meta alcançada

ODS





VALOR PÚBLICO

Integridade do Estado Democrático de Direito

Proteção dos direitos fundamentais

2.4.5 Objetivo estratégico 4: Aprimorar a governança e a gestão organizacional

O STF busca aprimorar sua governança e gestão organizacional, ampliando também seu compromisso com o desenvolvimento sustentável. As ações envolvem a preservação do meio ambiente, a integridade digital e o combate à desinformação. Para isso, são desenvolvidos planos e projetos estratégicos, acompanhados por processos de monitoramento e avaliação de resultados.

Para este objetivo, foram estabelecidas cinco metas:

META 4.1 Aumentar para 75% o índice de acessibilidade do STF

Indicador: Índice de acessibilidade do STF

IMPACTOS SOCIAIS

Essa meta se relaciona com o ODS 11 da Agenda 2030, que tem como foco tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Ao melhorar a acessibilidade nos espaços físicos e virtuais, o STF promove a inclusão e a igualdade de acesso para todos.

100%
da meta alcançada

META 4.2 Alcançar ao menos 30% de entregas previstas no programa STF +Sustentável

Indicador: Taxa de entregas do programa STF +Sustentável
Resultado: 56% de entregas realizadas

IMPACTOS SOCIAIS

A Meta 4.2 promove a aproximação do STF com a sociedade e se alinha com duas Metas do ODS 12 da Agenda 2030, que busca garantir padrões de consumo e produção sustentáveis: Meta 12.5 (até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso) e a Meta 12.7 (promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais).

187%
da meta alcançada

ODS





VALOR PÚBLICO

Proteção dos direitos fundamentais

2.4.5 Objetivo estratégico 4: Aprimorar a governança e a gestão organizacional

META 4.3 Reduzir em 50%, no âmbito do STF, o consumo de água mineral em garrafas plásticas

Indicador: Taxa de redução do consumo de água mineral envasada em garrafas plásticas
Resultado: consumo de água mineral em garrafa plástica zerado

IMPACTOS SOCIAIS
A redução do consumo de água envasada em garrafas plásticas promove a aproximação do STF com a sociedade, pois contribui para a redução do impacto ambiental negativo ao promover a sustentabilidade ambiental e a diminuição de resíduos sólidos. A Meta 4.3 se relaciona com a Meta 11.6 do ODS 11 (reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros); com o ODS 12 (consumo e produção sustentáveis) e com o ODS 14 (vida na água), que busca trazer soluções para o problema da poluição por plásticos nos oceanos.

100%
redução do consumo

META 4.4 Aumentar em 25% o número de parceiros oficiais do Programa de Combate à Desinformação

Indicador: Taxa de novas adesões ao Programa de Combate à Desinformação do STF
Resultado: 118 parceiros, o número de parcerias aumentou 87%

IMPACTOS SOCIAIS
O programa busca fortalecer a confiança no STF, promover a cultura democrática e reduzir discursos de ódio, ataques às instituições e práticas que contestam a democracia. Parcerias estratégicas são fundamentais para ampliar a eficácia no combate à desinformação, contribuindo para a construção de uma sociedade mais pacífica e de instituições sólidas e responsáveis. Essa iniciativa está alinhada à Meta 4.4 e ao ODS 16, que visa promover a paz e fortalecer instituições eficazes e transparentes.

344%
da meta alcançada

META 4.5 Treinar ao menos 50% do quadro de pessoal do STF em segurança da informação

Indicador: Taxa de quadro de pessoal treinado em segurança da informação
Resultado: 42% dos servidores foram treinados

IMPACTOS SOCIAIS
As ações de conscientização e capacitação em segurança da informação promovidas pelo STF contribuem para proteger seus sistemas e garantir a continuidade dos serviços prestados à sociedade de forma segura e eficaz. Ao fortalecer a cultura de segurança digital entre servidores e colaboradores, o Tribunal reduz vulnerabilidades e minimiza riscos de ataques cibernéticos que poderiam comprometer dados sensíveis e prejudicar o acesso da população à Justiça.

84%
da meta alcançada

ODS



VALOR PÚBLICO

- Integridade do Estado Democrático de Direito
- Proteção dos direitos fundamentais

2.4.6 Objetivo estratégico 5: Promover a valorização, a qualificação, a satisfação e a saúde dos servidores do STF

O STF atua para que seus servidores se sintam valorizados, respeitados e acolhidos em seu ambiente de trabalho. Ações que promovem a qualificação, a satisfação e o bem-estar dos colaboradores contribuem para um ambiente mais colaborativo, criativo e produtivo. A implementação de programas e práticas voltados à saúde física e mental, bem como ao desenvolvimento profissional, é essencial para fortalecer a motivação e o engajamento. Esse enfoque integrado, que alia a valorização do capital humano à eficiência organizacional, é fundamental para construir um Tribunal mais resiliente e preparado para enfrentar os desafios contemporâneos.

Para este objetivo, foram estabelecidas quatro metas:

META 5.1 Realizar ao menos 6 ações por ano do Programa de Saúde Mental do STF

Indicador: Taxa de execução de plano de ação relacionado ao Programa de Saúde Mental do STF

IMPACTOS SOCIAIS

As ações do programa buscam promover a saúde mental dos servidores, fator essencial para o bem-estar no ambiente de trabalho. Essa iniciativa contribui para um quadro de colaboradores mais motivado, produtivo e engajado, refletindo-se na melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade. Essa Meta 5.1 está alinhada à Meta 3.4 do ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) da Agenda 2030, que incentiva a promoção da saúde mental e do bem-estar para todos.

100%
da meta alcançada

META 5.2 Ampliar a permanência das crianças, de 16 para 24 meses, no berçário do STF

Indicador: Tempo de permanência das crianças no berçário do STF

IMPACTOS SOCIAIS

Ao promover a igualdade de gênero no ambiente de trabalho, o STF fortalece a construção de um espaço mais inclusivo e equitativo, assegurando que mães tenham condições de progredir na carreira em igualdade de oportunidades com os homens. Essa iniciativa está alinhada à Meta 5.2 e reforça o compromisso do Tribunal com a política de igualdade de gênero, em consonância com o ODS 5 da Agenda 2030, que visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

35%
de execução do projeto

ODS





VALOR PÚBLICO

Proteção dos direitos fundamentais

2.4.6 Objetivo estratégico 5: Promover a valorização, a qualificação, a satisfação e a saúde dos servidores do STF

META 5.3 Alcançar, ao menos, 70% de satisfação em relação às demandas de capacitação

Indicador: Taxa de satisfação das demandas de capacitação

IMPACTOS SOCIAIS

A meta está alinhada ao ODS 4 da Agenda 2030, que destaca a educação de qualidade como base para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da vida das pessoas. Espera-se que as ações resultem em maior efetividade nos treinamentos, aumento da satisfação dos gestores e equipes envolvidas, além do aprimoramento das iniciativas de capacitação e da gestão de pessoas no STF. Essas melhorias refletem-se na prestação de serviços mais qualificada e eficiente, beneficiando diretamente a sociedade com um atendimento mais ágil e assertivo às suas demandas.

98%
de satisfação em média

META 5.4 Implantar novo modelo de gestão de desempenho no STF

Indicador: Taxa de entregas do programa Potencialize

IMPACTOS SOCIAIS

Ao valorizar e desenvolver os talentos dos servidores, o STF contribui para um ambiente de trabalho mais produtivo e engajado, o que se reflete diretamente na melhoria da qualidade e eficiência dos serviços prestados à sociedade. Essa iniciativa impulsiona o crescimento profissional, promove o bem-estar no trabalho e fortalece a entrega de resultados mais assertivos e satisfatórios, alinhando-se ao ODS 8 da Agenda 2030, que incentiva o crescimento econômico sustentável e o trabalho decente para todos.

43%
de execução do projeto

ODS





VALOR PÚBLICO

Proteção dos direitos fundamentais

2.4.7 Objetivo estratégico 6: Aprimorar a segurança patrimonial e de pessoas do STF

O STF atua para reforçar a segurança de suas instalações e a proteção de dignitários, adotando medidas que previnem perdas, roubos, furtos, vandalismo, incêndios e outros incidentes que possam comprometer a integridade do patrimônio e das pessoas. A necessidade de aprimorar continuamente a segurança patrimonial e pessoal tornou-se ainda mais evidente após ataques ao Tribunal, como os atos de 8 de janeiro de 2023 e o atentado a bomba de 2024, ressaltando a importância de ações preventivas e de resposta rápida para garantir a proteção institucional.

Para este objetivo, foi estabelecida uma meta:

META 6.1 Alcançar ao menos 70% de entregas previstas no Programa de Renovação da Segurança Patrimonial e de Pessoas do STF

Indicador: Taxa de entregas do Programa de Renovação da Segurança Patrimonial e de Pessoas do STF

IMPACTOS SOCIAIS

Esta meta se correlaciona com o ODS 11 da Agenda 2030, que visa tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Ao promover a renovação do parque tecnológico da Secretaria de Polícia Judicial, munindo-a de ferramentas modernas e de inteligência artificial, o STF contribui para a segurança e resiliência da instituição. A proteção de pessoas e demais ativos é essencial para a manutenção da ordem e da paz social, além de ser fundamental para a preservação das instituições democráticas e do Estado de Direito, pilares indispensáveis ao desenvolvimento sustentável

79%
da meta alcançada

ODS



VALOR PÚBLICO

- Integridade do Estado Democrático de Direito
- Proteção dos direitos fundamentais

2.5 Relacionamento com a sociedade

A Gestão 2023-2025, sob a Presidência do Ministro Luís Roberto Barroso, elegeu como norte "**Aproximar o Supremo e a Constituição da sociedade**". Essa diretriz busca concretizar um dos principais valores que orientam as ações do STF: o foco no cidadão. Em 2024, foram adotadas diversas iniciativas voltadas ao fortalecimento da comunicação institucional e à aproximação do Tribunal com a sociedade. Além disso, a produção e a disseminação de conhecimento, direcionadas tanto ao público interno quanto ao externo, desempenharam papel fundamental para ampliar a compreensão sobre as atividades do STF e o impacto de suas decisões na vida dos brasileiros.



Exposição

Após 8 de janeiro:
reconstrução, memória e democracia

A exposição relembrou os atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, com imagens e objetos danificados que retratam o ocorrido. A mostra destaca a resistência do STF, preserva a memória dos ataques e simboliza o esforço de restauração e união do Tribunal.

Saiba mais



Exposição

Mulheres no Brasil,
um caminho pela igualdade de direitos

A exposição, parte das comemorações do Dia Internacional das Mulheres, celebrou as conquistas femininas no Brasil. Apresenta uma linha do tempo com marcos históricos, homenageia pioneiras na vida pública e destaca ícones femininos da literatura, artes e música, valorizando a contribuição das mulheres para uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

Saiba mais



Exposição

64 anos
do STF em Brasília

A exposição celebrou o aniversário de Brasília com ilustrações do artista Toninho Euzébio. Em painéis, foram exibidas 12 composições ilustrativas criadas pelo artista, destacando elementos, pontos e fachadas do complexo arquitetônico do STF. As gravuras foram doadas ao Tribunal.

Saiba mais



Premiação

Prêmio
Nacional de Jornalismo do Poder Judiciário

Iniciativa conjunta do STF, TSE, STJ, TST e STM, o prêmio foi criado após os ataques de 8 de janeiro de 2023 e reafirma a importância de um Judiciário independente e de uma imprensa livre para a democracia. A premiação celebrou os 35 anos da Constituição Federal, promovendo a reflexão sobre direitos sociais e seu acesso.

Saiba mais

Visão Geral Organizacional do STF

Governança, Estratégia e Desempenho

Resultados da Gestão

2.5 Relacionamento com a sociedade

NORTE DA GESTÃO

Aproximar o Supremo e a Constituição da sociedade



Prêmio

Prêmio Nacional
de Comunicação e Justiça

O canal oficial do STF no WhatsApp conquistou o primeiro lugar no Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça 2024, na categoria Mídia Digital. Criado em novembro de 2023, o canal aproxima o Tribunal da população ao divulgar decisões e direitos de forma descomplicada, utilizando enquetes, figurinhas e memes para tornar a comunicação mais interativa.

Canal do STF no WhatsApp



Evento

A justiça falando
a sua língua

O STF, em parceria com o TikTok, promoveu uma manhã de rodas de conversa com o tema 'A Justiça falando a sua língua'. Realizado no Sesi Lab, em Brasília, o evento reuniu 14 influenciadores para discutir formas de aproximar a linguagem jurídica da linguagem simples, tornando o direito mais acessível à sociedade.

Saiba mais



Experiência

Experiência
imersiva
Amazônia Viva

Em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, foi lançada a experiência imersiva em realidade virtual 'Amazônia Viva', que proporcionou uma viagem pelo Rio Tapajós, destacando a fauna e a flora amazônicas. O projeto é da Iniciativa Inter-religiosa pelas Florestas Tropicais (IRI Brasil).

Saiba mais



Manual

Playbook
Como funciona o STF para jornalistas

Parceria entre o STF e a ANER, o manual foi desenvolvido no âmbito do Programa de Combate à Desinformação para capacitar jornalistas, oferecendo ferramentas que ajudam a traduzir com precisão os ritos processuais e as decisões do Tribunal.

Playbook

Visão Geral Organizacional do STF

Governança, Estratégia e Desempenho

Resultados da Gestão

2.5 Relacionamento com a sociedade

NORTE DA GESTÃO

Aproximar o Supremo e a Constituição da sociedade



Evento

Leis e Likes

o papel do Judiciário e a influência digital

O evento foi realizado em parceria com o Instituto Vero e o Redes Cordiais, reunindo 24 influenciadores digitais para discutir o funcionamento do sistema de justiça e formas de ampliar a comunicação do Supremo sobre direitos e decisões.

Saiba mais



Projeto

STF

na escola

Em 2024, o programa STF na Escola foi atualizado com uma nova página no portal do STF e uma cartilha lançada em parceria com a UDESC. A iniciativa explica, de forma didática, o papel da Suprema Corte, a Constituição e a Democracia. Voluntários do STF visitam escolas e recebem grupos de alunos no Tribunal. Em 2024, o programa percorreu Estados como Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Amazonas, Santa Catarina e Rondônia.

STF na escola



Projeto

STF

escuta

O projeto promove a escuta ativa sobre temas relevantes para a atuação do Supremo. A primeira edição, em agosto, abordou a violência doméstica contra as mulheres, destacando acesso à justiça, canais de denúncia e medidas protetivas. Em outubro, o projeto ocorreu fora do Tribunal, com momentos de escuta junto a comunidades caiçara, indígena e quilombola em Paraty/RJ.

1ª Edição

2ª Edição



Tecnologia

Aplicativo

TV Justiça +

Lançado em agosto de 2024, o aplicativo TV Justiça+ oferece programação ao vivo da TV e Rádio Justiça, sessões plenárias desde 2020, julgamentos históricos do STF e conteúdos especiais como aulas, documentários e o programa Repórter Justiça.

Saiba mais

Visão Geral Organizacional do STF

Governança, Estratégia e Desempenho

Resultados da Gestão

2.5 Relacionamento com a sociedade

NORTE DA GESTÃO

Aproximar o Supremo e a Constituição da sociedade



Exposição

STF
Pelos meus olhos

Em setembro, o Supremo promoveu a campanha 'Setembro Verde', destacando a acessibilidade e os direitos das pessoas com deficiência. A programação incluiu a exposição 'STF pelos meus olhos', com 20 fotografias de Bruno Moura, primeiro fotógrafo com síndrome de Down do STF, que retratam, com sensibilidade, o cotidiano e as instalações da Corte.

Saiba mais



Projeto

Selo
Linguagem simples

O Supremo sediou a primeira edição do Selo Linguagem Simples, prêmio do CNJ que reconhece e incentiva o uso de uma linguagem clara, direta e acessível no Judiciário. O selo foi entregue a 48 tribunais.

Saiba mais



Exposição

O STF mudando
a vida das pessoas

A exposição utiliza recursos visuais para mostrar como as decisões do STF impactam a vida dos cidadãos. A mostra destaca casos relevantes julgados pelo Tribunal, abordando temas como educação, saúde, proteção à mulher, igualdade racial, povos indígenas, segurança pública, meio ambiente, direitos das pessoas com deficiência, população LGBTQIAPN+ e a pandemia de covid-19.

Saiba mais



Painel colaborativo

Escrevendo
direitos

Em novembro, mês da Consciência Negra, o STF lançou a página 'Escrevendo Direitos', um painel colaborativo para sugestões de obras literárias brasileiras que promovam reflexões sobre direitos fundamentais. O primeiro tema abordado foi o combate à discriminação racial, incluindo um resumo de decisões do Supremo sobre ações afirmativas e proteção de comunidades quilombolas.

Página Escrevendo direitos

Visão Geral Organizacional do STF

Governança, Estratégia e Desempenho

Resultados da Gestão

2.5 Relacionamento com a sociedade

NORTE DA GESTÃO

Aproximar o Supremo e a Constituição da sociedade

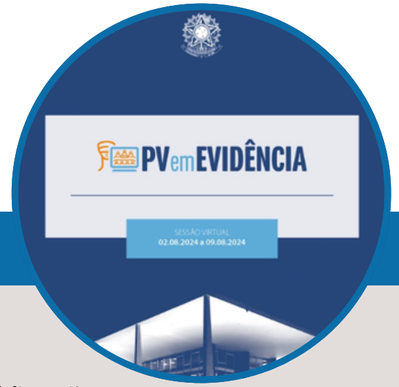


Evento

STF *Inspira*

Evento que contou com 12 palestras de 15 minutos cada, transmitidas ao vivo pelos canais do STF e da TV e Rádio Justiça no YouTube. As apresentações abordaram relatos e experiências diversas, incluindo temas como direitos, desafios pessoais e profissionais, tecnologia, educação, cultura e arte. O evento reuniu uma variedade de palestrantes, promovendo reflexões sobre cidadania e inclusão.

Saiba mais



Publicação

Plenário Virtual *em evidência*

Publicação semanal que resume os principais processos julgados pelo Plenário do STF em sessões virtuais, com destaque para ações de controle de constitucionalidade e recursos extraordinários com repercussão geral. Em 2024, foram divulgadas 37 edições.

Saiba mais



Programa

Programa de *Visitação Pública no STF*

O Programa Portas Abertas recebeu, ao longo de 2024, o total de 17.003 visitantes. Desses, 13.915 participaram das visitas monitoradas ao Palácio. Além disso, 2.940 visitantes acompanharam as sessões de julgamento no Plenário e 148 estiveram presentes nas sessões das Turmas.

Visitação Pública



Exposição

Museu do STF *Visita virtual*

Para quem não pode participar da visita presencial, está disponível um tour virtual pelo Museu Ministro Sepúlveda Pertence. Em 2024, o tour foi atualizado com imagens dos ataques antidemocráticos de 8 de janeiro.

Visita virtual ao Museu do STF

Visão Geral Organizacional do STF

Governança, Estratégia e Desempenho

Resultados da Gestão

2.5 Relacionamento com a sociedade

NORTE DA GESTÃO

Aproximar o Supremo e a Constituição da sociedade



Iluminação

Do Edifício-sede do STF

Iluminação do edifício-sede com cores que remetam a campanhas e causas da sociedade. Foi lançado edital para que entidades sem fins lucrativos pudessem sugerir temas para o Calendário de Cores da iluminação externa do Tribunal.
As ações incluíram iluminações em apoio ao Outubro Rosa, à Semana da Pátria, ao Mês do Orgulho LGBTQIAPN+ e em solidariedade ao povo gaúcho pelas enchentes no Rio Grande do Sul.



Solidariedade

Enchentes no Rio Grande do Sul

O STF, em parceria com o CNJ, capitaneou o envio de mais de R$ 200 milhões em multas judiciais para apoiar a reconstrução do Estado. O Tribunal também promoveu campanha interna de arrecadação e doou 4,3 toneladas de bens patrimoniais, principalmente itens de informática, transportados pela Força Aérea Brasileira.

Saiba mais



Programa

de combate à desinformação

A iniciativa busca proteger direitos fundamentais, a liberdade de expressão e a paz social, reforçando que combater a desinformação é defender a democracia. Em 2024, foram lançados o Guia Ilustrado contra as *Deepfakes* e o livro Desinformação - O Mal do Século Vol. 2: O Futuro da Democracia: Inteligência Artificial e Direitos Fundamentais.

Programa de combate à desinformação



Comunicação

Informação à

Sociedade

Em 2024, mais de 100 boletins 'Informação à Sociedade' foram divulgados, explicando de forma didática e acessível os principais julgamentos do STF. O projeto ganhou destaque no portal do Tribunal e no sistema de transparência 'Corte Aberta', que reúne os julgados selecionados e suas estatísticas.

Painel Informação à Sociedade

Visão Geral Organizacional do STF

Governança, Estratégia e Desempenho

Resultados da Gestão

2.5.1 Ouvidoria do STF

STF OUVIDORIA

A Ouvidoria tem a missão de ser o canal do STF para escuta e orientação da sociedade, inclusive do público interno, atendendo manifestações que guardem pertinência com a atuação e os serviços prestados pelo Tribunal.

STF OUVIDORIA DA MULHER

Canal de acolhimento e orientação quanto a manifestações e denúncias sobre igualdade de gênero, tais como aquelas relacionadas à participação feminina e à violência contra a mulher.

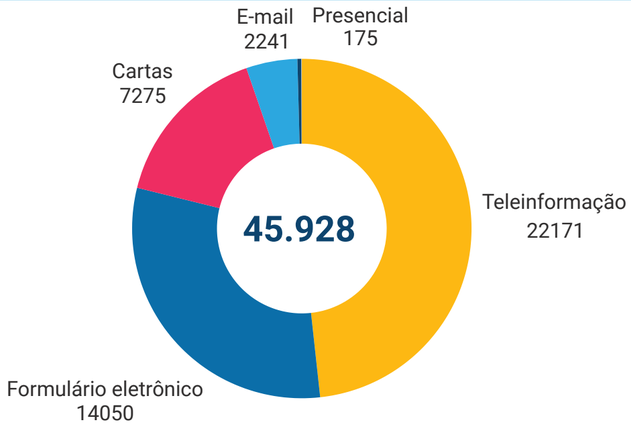
Canais de atendimento

- Sistema de ouvidorias Fala.Br
- Canal de teleinformações processuais
- Atendimento presencial
- Cartas

Veja como acessar os canais na página da Ouvidoria no portal do STF

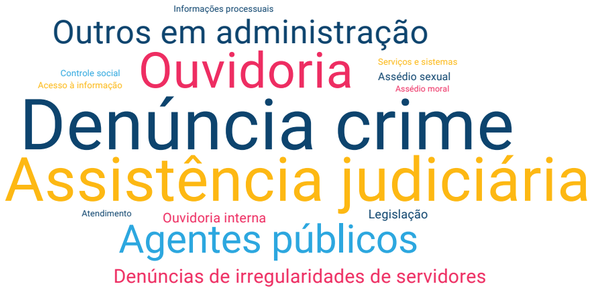
45.928 atendimentos realizados pela Ouvidoria em 2024

Canal de entrada



17.921 Referentes a informações processuais ou instruções de uso de sistemas judiciais

257 Receberam tratamento especializado da Ouvidoria da Mulher, com predominância dos seguintes assuntos:



2.5.1 Ouvidoria do STF

Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC)

Código de Defesa do Usuário do Serviço Público (Lei 13.460/2017)

O serviço de atendimento ao cidadão (SAC) atende ao prescrito na Lei nº 13460/2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. No ano de 2024, houve o registro e tratamento de 8.235 manifestações, dentre sugestões, críticas, elogios e denúncias recebidas pelos usuários dos serviços do Tribunal.

8.235 Manifestações relacionadas a serviços ou atendimentos do Tribunal

1.157	58	793	3.419	2.808
Sugestões	Elogios	Reclamações	Denúncias	Comunicações

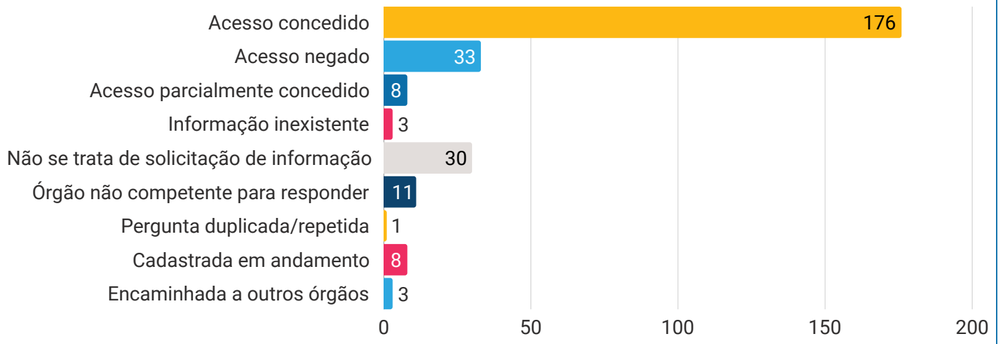
No ano de 2024, a Ouvidoria recebeu 8.235 manifestações relacionadas a serviços ou atendimentos do Tribunal, a partir das quais é possível identificar sugestões de melhorias, críticas, elogios e comunicações de irregularidades. Essas manifestações trazem relevante contribuição da sociedade para o aprimoramento dos serviços oferecidos pelo Supremo Tribunal Federal.

Serviço de acesso à informação (SIC)

Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei 12527/2011)

O serviço de acesso à informação (SIC) tem os seus parâmetros baseados na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12527/2011) e na Resolução STF nº 528/2014. No ano de 2024, foram tratados 273 pedidos dessa natureza. Cabe destacar que, no período, 68% dos pedidos de acesso à informação foram deferidos.

273 Pedidos de acesso à informação



Acesse a Carta de Serviços do Tribunal, com informações sobre os nossos compromissos e padrões de atendimento.

2.5.2 Ações de comunicação

A comunicação do STF tem se modernizado para alcançar a população de forma mais ampla e ágil, respondendo à crescente demanda por informação precisa e imediata. Essa evolução inclui a incorporação de novos produtos, como *streamings*, *podcasts*, conteúdos '*on demand*' e transmissões ao vivo. Com essas iniciativas, o Tribunal busca levar sua comunicação a um novo patamar, mais moderno e alinhado às necessidades atuais. Em 2024 foram ativados três novos perfis oficiais do Supremo Tribunal Federal nas redes sociais: Kwai, LinkedIn e Threads.

Principais desafios e projetos futuros

O maior desafio da comunicação digital do STF é lidar com o crescimento exponencial de manifestações de ódio nos comentários, reflexo da polarização e da desconfiança em relação às instituições. Decisões do Tribunal e notícias envolvendo ministros ou o governo federal têm gerado reações negativas consideráveis.

Para mitigar esses efeitos, o STF aposta em:

1. Projetos e eventos que gerem impacto positivo na sociedade;
2. Parcerias com influenciadores digitais para disseminar informações sobre o Tribunal; e
3. Conteúdos que incentivem interações positivas nas redes sociais.

Outro desafio é reforçar os perfis oficiais do STF como fontes confiáveis de informação, especialmente diante da crescente desconfiança na imprensa e nas instituições.

Destacamos os números de matérias publicadas e de interações nas redes sociais referentes ao ano de 2024:

1.932 **matérias publicadas no portal do STF**

Engajamento por rede social

O engajamento nas redes sociais do STF em 2024 inclui comentários, reações, compartilhamentos e respostas.

52.115	30.100
1.146.663	9.933
665.037	1.622
31.914	13.279
76.783	5.714
94.534	Engajamento total 2.117.761

Clique nos ícones para acessar os perfis do STF

Fonte: Secretaria de Comunicação Social

2.5.3 Rádio e TV Justiça

RÁDIO E TV JUSTIÇA

A TV Justiça é uma emissora pública que transmite julgamentos ao vivo e divulga notícias judiciais para educar o público sobre o Poder Judiciário. Seu objetivo é facilitar o acesso à Justiça e tornar suas ações e decisões transparentes. Com sede e coordenação no STF, tem desempenhado um papel crucial na mudança da história da Justiça no Brasil, ampliando o acesso da sociedade à Justiça e promovendo a transparência das ações e decisões do Judiciário.

Desde sua criação, o STF se tornou a primeira Corte Constitucional do mundo a transmitir ao vivo uma sessão plenária de julgamento. A emissora enfrenta o desafio de traduzir a linguagem jurídica para o público em geral e relacionar fatos e notícias com o cotidiano.

A TV Justiça também se destaca pela inclusão, transmitindo sessões plenárias, jornais e eventos ao vivo com recursos de acessibilidade como audiodescrição, *closed caption* e tradução para Libras. Com mais de 20 parceiros em vários estados, a emissora oferece uma programação diversificada e democrática, incluindo debates, seminários, audiências, aulas de direito, música, saúde e meio ambiente. Em suas mais de duas décadas de atuação, a TV Justiça tem investido na produção de novos conteúdos didáticos com linguagem clara, disponíveis via antena parabólica, operadoras de TV e internet.

Além disso, a Rádio Justiça, uma estação pública do Poder Judiciário administrada pelo STF, transmite 24 horas por dia no Distrito Federal, contando com correspondentes em todos os estados. A programação da Rádio Justiça também visa educar o público sobre o Poder Judiciário e facilitar o acesso à Justiça.

Como projeto futuro, está prevista a ampliação da capilaridade da TV e da Rádio Justiça, com o projeto de distribuição de sinal e o fomento de parcerias de exibição da programação das emissoras. Isso permitirá que mais pessoas tenham acesso ao conteúdo educativo e informativo oferecido por essas emissoras.

TV Justiça Canal 1 em Brasília

1.980 horas de conteúdo inédito exibido na programação da TV Justiça.

Alcance da TV

- 6 milhões de habitantes em TV aberta nas praças Brasília, João Pessoa (PB), São José dos Campos (SP), Campo Grande (MS) e Maceió (AL).
- 18,6 milhões de domicílios em TV por assinatura (fonte: IBGE, 2023).

Rádio Justiça 104,7 FM em Brasília

4.011 horas de conteúdo inédito exibido na programação da Rádio Justiça.

Alcance da Rádio

3 milhões de habitantes no DF.

Audiência da Rádio

1.188 ouvintes por minuto no DF de segunda a sexta em horário comercial (Fonte: Kantar Ibope).

Aplicativo TV Justiça+

Cerca de 9 mil downloads (lançamento em 29 de agosto)



Perfil oficial da Rádio e TV Justiça no Youtube

284 mil inscritos

É de outro estado? Veja no site como sintonizar a TV e a Rádio Justiça

Fonte: Secretaria de Comunicação Social

3. Resultados da Gestão

Neste capítulo, são detalhados os resultados das principais áreas de atuação do STF, começando pelos dados da prestação jurisdicional, que constitui a atividade finalística do Tribunal. Em seguida, são apresentados os resultados das áreas de apoio, como gestão de orçamento e finanças, gestão de pessoas, da saúde e bem-estar, gestão de licitações e contratos, gestão patrimonial e infraestrutura, gestão de tecnologia da informação, além dos resultados do Programa STF + Sustentável.

Os dados apresentados no tópico "Prestação jurisdicional em números" seguem a ordem do percurso que um processo realiza no STF, desde seu recebimento, passando pelas fases de distribuição e julgamento, até sua baixa. Também são incluídas informações sobre o acervo de processos, a sistemática da Repercussão Geral e os julgamentos de especial relevância realizados em 2024.

Entenda as fases da tramitação processual

Recebimento

Consideram-se processos recebidos os ajuizados diretamente no Supremo Tribunal Federal, denominados “originários”, e também aqueles provenientes de outros juízos ou tribunais, denominados “recursais”.

Distribuição

Conforme as competências regimentais de cada um, parte dos processos é registrada à Presidência, parte é distribuída aos Ministros por sorteio ou prevenção.

Julgamento

O julgamento de um processo é marcado pela decisão final, podendo haver mais de uma decisão em cada caso. Essas decisões podem ser tomadas de forma monocrática (por um Ministro) ou colegiada (por uma das Turmas ou pelo Plenário).

Geralmente, as decisões nos Tribunais devem ser colegiadas. No entanto, em circunstâncias específicas, os Ministros podem tomar decisões de forma monocrática, ou seja, sem a necessidade de consulta ao órgão colegiado.

As decisões colegiadas dos Tribunais são conhecidas como acórdãos.

Baixa

O marco final da tramitação é a baixa definitiva do processo ao arquivo do STF ou a outro órgão, juízo ou Tribunal.

Acervo

O acervo processual do Tribunal é composto pelos processos que se encontram em tramitação em determinada data.

Repercussão Geral

O Supremo Tribunal Federal utiliza a sistemática da repercussão geral como um método para selecionar os recursos que serão analisados pelo tribunal. A repercussão geral é reconhecida quando o assunto em questão no recurso é considerado relevante para além das partes envolvidas, impactando a sociedade de maneira geral. Dessa forma, o STF consegue focar em questões mais significativas e evitar a repetição de julgamentos sobre temas semelhantes. Ao reconhecer a repercussão geral, o STF determina a suspensão dos processos relacionados ao tema em todos os tribunais do país, aguardando a decisão final no julgamento de mérito, o que permite que a tese estabelecida seja aplicada pelas instâncias de origem em casos similares.

Visão Geral Organizacional do STF

Governança, Estratégia e Desempenho

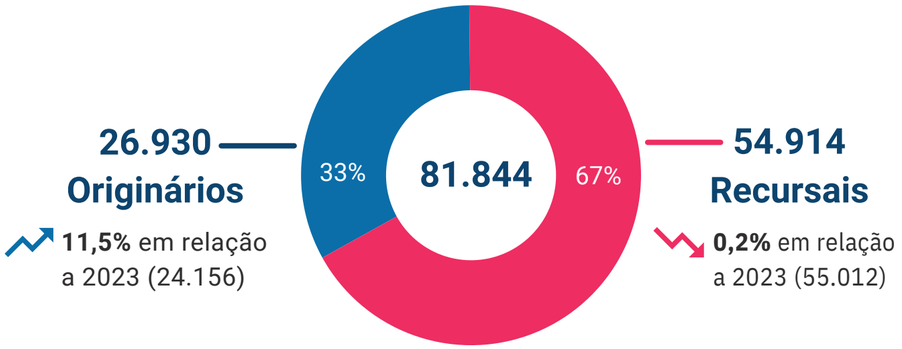
Resultados da Gestão

3.1 Prestação jurisdicional em números

Recebimento

81.844 Processos recebidos em 2024

3,4% em relação relação ao recebimento em 2023 (79.168)



Distribuição

53.873 processos registrados à Presidência

média de 4.489 processos por mês

39.226 processos distribuídos aos Ministros

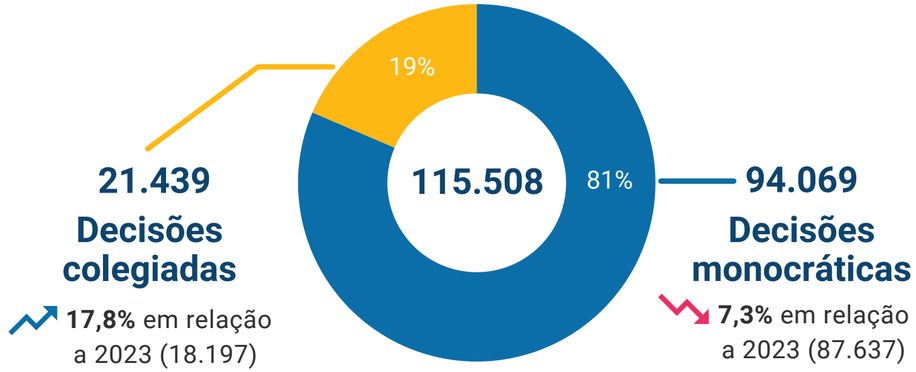
média de 327 processos ao mês por Ministro

Os processos podem ser registrados à Presidência e, posteriormente, distribuído aos Ministros. Nesses casos, serão contabilizados nos dois grupos.

Julgamento

115.508 Decisões em 2024

9,1% em relação relação a 2023 (105.834)



22.197 Acórdãos publicados

Eficiência

Tempo médio entre a autuação e a primeira decisão do processo

2024	2023	
14 dias em média	**27 dias em média**	Redução de **13 dias**
18 dias para originários 13 dias para recursais	36 dias para originários 23 dias para recursais	

Fonte: Relatório de Atividades STF 2024

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão

3.1 Prestação jurisdicional em números

Sessões de julgamento

108
Sessões Plenárias

7.714 processos julgados

74 sessões presenciais
52 sessões virtuais
2 sessões solenes
1 sessão especial

117
Sessões nas Turmas

13.648 processos julgados

Audiências

5	**Audiências Públicas**
79	**Audiência Cíveis**
992	**Audiências Criminais**

Baixa de processos

83.981 **processos baixados em 2024**

9,6% em relação a 2023 (76.619)

102,6% **Índice de atendimento da demanda (IAD)**

A quantidade de processos baixados em 2024 (83.981) correspondeu a 102,6% do número de novos processos recebidos no período (81.844).

Recorribilidade

25.722 **recursos interpostos**

27% em relação a 2023 (20.258)

5,7% taxa de provimento de processos recursais

Fonte: Relatório de Atividades STF 2024

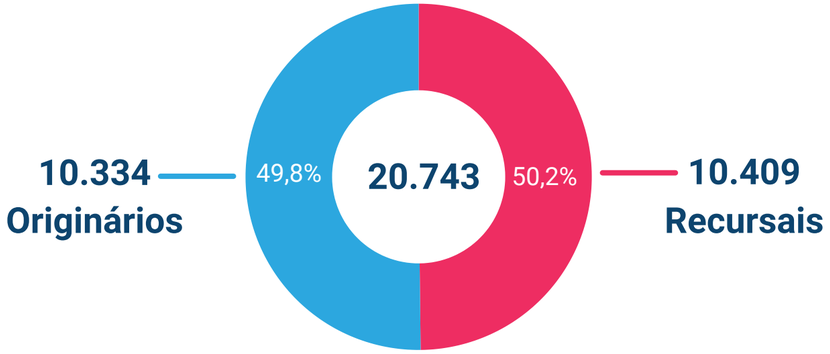
Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão

3.1 Prestação jurisdicional em números

Acervo

20.743 Processos em tramitação em 31/12/2024

13,6% em relação ao acervo final de 2023 (23.999)



73% dos processos em tramitação foram recebidos em 2024

66,2% dos processos com decisão final

99,96% dos processos em meio eletrônico

Taxa de congestionamento

A taxa indica o percentual de processos pendentes de solução em relação ao total de processos que tramitou durante o período.

19,8% A cada 100 processos que tramitaram em 2024, 20 ficaram pendentes de solução.

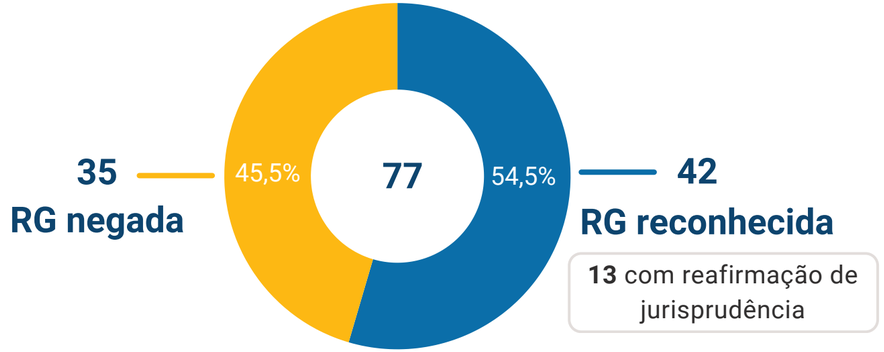
Tempo de giro de acervo

O tempo de giro do acervo é calculado pela razão entre os processos pendentes e os baixados.

3 meses Em 3 meses seria possível zerar o estoque atual caso não houvesse o ingresso de novos processos.

Repercussão Geral - RG

77 Novos temas de Repercussão Geral



13 com reafirmação de jurisprudência

80% Dos novos temas de repercussão geral foram incluídos pela Presidência (64 novos temas). Os demais foram indicados pelas Presidências e Vice- Presidências de tribunais e turmas recursais como representativos da controvérsia

44 Temas de RG com mérito julgado

15% em relação a 2023

+ de 21 mil processos aptos a serem resolvidos pelas instâncias de origem

11.601 processos devolvidos aos tribunais e turmas recursais de origem com fundamento em tema de RG

134 Temas de RG pendentes de julgamento

6% em relação a 2023 (142)

Menor acervo de temas de RG pendentes de julgamento de mérito

Fonte: Relatório de Atividades STF 2024

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão

3.2 Julgamentos de especial relevância em 2024

Julgamentos de especial relevância - 2024

Direitos humanos e inclusão social

Responsabilidade do Estado por morte de vítima de disparo de arma de fogo durante operações policiais ou militares

ARE 1.385.315/RJ (Tema 1.237 RG) Saiba mais

O STF decidiu que o Estado é civilmente responsável por mortes ou ferimentos causados por disparos de armas de fogo durante operações de segurança pública, devendo indenizar as vítimas ou seus familiares. A ausência de conclusão pericial sobre a origem do disparo não afasta, por si só, esse dever. Para se eximir da responsabilidade, o Poder Público deve comprovar que seus agentes não foram responsáveis pelo ocorrido.

Ilegitimidade da abordagem policial em razão da cor da pele da pessoa (perfilamento racial)

HC 208.240/SP Saiba mais

O STF decidiu, por unanimidade, que abordagens policiais e buscas pessoais baseadas exclusivamente em raça, sexo, cor da pele, orientação sexual ou aparência física são ilegais. Segundo o Tribunal, a busca pessoal sem mandado deve ser fundamentada em indícios concretos de posse de arma, objetos ou papéis que indiquem a ocorrência de crime. No caso julgado, a Corte manteve a condenação ao concluir que a abordagem foi motivada por conduta suspeita em uma área conhecida por tráfico de drogas, e não por perfilamento racial.

Impossibilidade de questionamento sobre a vida pregressa da vítima em processos de violência contra a mulher

ADPF 1.107/DF Saiba mais

O STF decidiu que é inconstitucional questionar o histórico sexual ou modo de vida da vítima em processos de violência contra mulheres. Caso ocorra, o processo pode ser anulado. O juiz deve impedir tais questionamentos na investigação e não pode considerar a vida sexual da vítima ao fixar a pena do réu, sob pena de responsabilização. A decisão reconhece que essa conduta perpetua a discriminação, a violência de gênero e vitimiza duplamente as mulheres, especialmente as que sofreram agressões sexuais.

Acesso de pessoas transexuais e travestis às políticas públicas de saúde

ADPF 787/DF Saiba mais

O STF determinou que o Ministério da Saúde deve garantir atendimento médico a pessoas transexuais e travestis em todas as especialidades, independentemente do sexo biológico registrado, evitando barreiras burocráticas que dificultem o acesso à saúde. O Tribunal também ordenou que os sistemas de informação do SUS sejam ajustados para assegurar esse atendimento de forma plena e igualitária.

Integridade e defesa do Estado Democrático de Direito

Impossibilidade de atuação das Forças Armadas como Poder Moderador

ADI 6.457/DF Saiba mais

O STF decidiu, por unanimidade, que as Forças Armadas não exercem poder moderador entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O Tribunal afirmou que o presidente da República não pode usar as Forças Armadas para intervir nas relações entre os poderes e que seu emprego para garantir a lei e a ordem deve ocorrer apenas de forma excepcional, após o esgotamento de outras medidas. O relator, ministro Luiz Fux, destacou que essa interpretação preserva a separação dos poderes e reafirma que as Forças Armadas são instituições de Estado, não de governo.

Restrições às indicações políticas para o Conselho de Administração e para diretoria de empresas estatais

ADI 7.331/DF Saiba mais

O STF decidiu, por maioria, que são válidas as restrições da Lei das Estatais a indicações políticas para diretorias e conselhos de administração dessas empresas, considerando que os vetos garantem a moralidade pública e evitam conflitos de interesse. Por unanimidade, o Tribunal manteve a decisão liminar que assegura a permanência nos cargos de pessoas indicadas durante o período em que as restrições estavam suspensas, visando preservar a estabilidade na administração pública.

Proteção de jornalistas contra o uso abusivo de ações judiciais

ADI 6.792/DF e ADI 7.055/DF Saiba mais

O STF reconheceu, por maioria, que a apresentação de ações simultâneas contra jornalistas ou veículos de imprensa para dificultar a defesa ou torná-la mais onerosa configura assédio judicial, prática considerada abusiva e que viola a liberdade de expressão. A Corte determinou que, nesses casos, todas as ações podem ser reunidas no domicílio do profissional ou veículo de comunicação. Também foi decidido que a responsabilização de jornalistas só ocorrerá em casos de dolo ou culpa grave por negligência na apuração dos fatos.

Suspensão de emendas e liberação condicionada a regras de transparência, rastreabilidade e controle

ADPF 854 e ADIs 7.688, 7.695 e 7.697/DF Saiba mais

O STF confirmou, por unanimidade, a decisão que liberou o pagamento das emendas parlamentares RP9 (emenda de relator), RP8 (emendas de comissão) e emendas Pix, desde que sigam regras de transparência, rastreabilidade e controle público. A execução de restos a pagar de 2020, 2021 e 2022 foi autorizada, desde que o parlamentar e o beneficiário final estejam identificados no Portal da Transparência. Para 2025, as emendas devem seguir a Lei Complementar 210/2024, com auditoria da CGU prevista para outubro.

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão

3.2 Julgamentos de especial relevância em 2024

Garantia de Direitos Sociais e Previdenciários

Revisão da vida toda: aplicação da regra de transição para benefício previdenciário e dispensa de carência para salário-maternidade

ADI 2.110/DF e ADI 2.111/DF

Saiba mais

O STF decidiu que a regra de transição para o cálculo de benefícios previdenciários, prevista na Lei 9.876/1999, é de aplicação obrigatória, não sendo possível ao segurado escolher a forma de cálculo mais vantajosa. O Tribunal também declarou inconstitucional a exigência de carência de 10 meses de contribuição para a concessão do salário-maternidade a trabalhadoras autônomas, rurais e contribuintes facultativas, por violar o princípio da isonomia.

Critério de atualização do saldo de remuneração das contas vinculadas ao FGTS

ADI 5.090/DF

Saiba mais

O STF decidiu que o saldo das contas do FGTS deve ser corrigido, no mínimo, pela inflação oficial (IPCA). A remuneração atual, composta por juros de 3% ao ano mais a TR e parte dos lucros, será mantida. Caso esse rendimento fique abaixo da inflação, o Conselho Curador do FGTS deverá definir uma forma de compensação. A medida, que busca equilibrar os interesses dos trabalhadores e as funções sociais do fundo, será aplicada a partir da data de publicação da ata do julgamento ao saldo existente na conta vinculada ao FGTS.

Critérios para o fornecimento por decisão judicial de medicamentos não incorporados nas listas do SUS

RE 1.366.243/SC (Tema 1.234 RG), RE 566.471/RN (Tema 6 RG)

Saiba mais Saiba mais

O STF decidiu que medicamentos registrados na Anvisa, mas fora das listas do SUS, só serão fornecidos judicialmente em casos excepcionais, com comprovação de falta de recursos, inexistência de alternativa no SUS, eficácia comprovada e necessidade do tratamento. O Tribunal validou um acordo que cria uma plataforma nacional para monitorar essas demandas e definir responsabilidades. Medicamentos com custo anual acima de 210 salários mínimos serão pagos integralmente pela União; entre sete e 210 salários mínimos, a União arcará com 65%, e 80% para remédios oncológicos.

Sustentabilidade, meio ambiente e responsabilidade socioambiental

Combate às queimadas na Amazônia e no Pantanal

ADPF 743/DF, ADPF 746/DF e ADPF 857/MS

Saiba mais

O STF determinou, por unanimidade, que a União apresente, em 90 dias, um plano de prevenção e combate a incêndios no Pantanal e na Amazônia, com monitoramento, metas e estatísticas. Embora tenha negado a existência de violação massiva de direitos fundamentais na política ambiental, o Tribunal reconheceu a necessidade de medidas para garantir o direito constitucional ao meio ambiente equilibrado. Entre as ações exigidas estão a recuperação da capacidade operacional do Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais e um plano de ação para processar informações do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Homologação de acordo para reparação dos danos causados pelo rompimento de barragem em Mariana/MG

Pet 13.157/DF

Saiba mais

O STF homologou, por unanimidade, o acordo para reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), que destina R$ 170 bilhões para ações de compensação e reparação. Desse valor, R$ 100 bilhões serão repassados a entes públicos para projetos ambientais e socioeconômicos, R$ 32 bilhões serão aplicados na recuperação de áreas degradadas, reassentamento de comunidades e indenizações aos atingidos, e R$ 38 bilhões já foram utilizados em medidas de reparação anteriores ao acordo. A decisão será comunicada aos tribunais na Inglaterra e na Holanda, onde tramitam ações relacionadas ao caso.

Proteção à infância e juventude

Vedação de publicidade de bets para crianças e adolescentes e adoção de medidas contra uso de recursos do Bolsa Família em apostas

ADIs 7.721/DF e 7.723/DF

Saiba mais

O STF referendou, por unanimidade, liminar que suspende a publicidade de jogos de apostas online (bets) voltada a crianças e adolescentes. A decisão também determina que o governo federal adote medidas para impedir o uso de recursos de programas sociais, como o Bolsa Família e o BPC, em apostas online. A medida foi motivada por evidências dos efeitos nocivos dessas práticas na saúde mental de jovens e no orçamento das famílias, apresentadas em audiência pública.

3.2 Julgamentos de especial relevância em 2024

Segurança jurídica e ordem constitucional

Execução imediata da pena aplicada pelo Tribunal do Júri

RE 1.235.340/SC (Tema 1.068 RG)

Saiba mais

O STF decidiu que condenados pelo Tribunal do Júri podem começar a cumprir pena imediatamente após a decisão dos jurados, independentemente do tempo de condenação. A Corte considerou que essa medida não viola a presunção de inocência, pois a culpa do réu já foi reconhecida pelo júri popular. Com isso, foi declarado inconstitucional o trecho do Código de Processo Penal que limitava essa execução imediata apenas para penas iguais ou superiores a 15 anos de reclusão.

Constitucionalidade da extinção do regime jurídico único para servidores públicos pela EC 19/98

ADI 2.135/DF

Saiba mais

O STF declarou constitucional a norma da Reforma Administrativa de 1998 que retirou a obrigatoriedade de um regime jurídico único para servidores públicos da administração direta, autarquias e fundações públicas. Com isso, União, estados e municípios podem contratar servidores pelo regime da CLT, sem depender exclusivamente de estatutos próprios. O Tribunal decidiu que não houve irregularidades no processo legislativo e que a decisão vale apenas para novas contratações, sem alterar o regime dos servidores já admitidos.

Homologação do Plano "Pena Justa" para melhoria das condições dos presídios

ADPF 347/DF

Saiba mais

O STF reconheceu, por unanimidade, a violação massiva de direitos fundamentais no sistema prisional brasileiro, destacando a falta de condições básicas como integridade física, alimentação e saúde. Determinou que União, Estados e DF elaborem e executem planos para resolver problemas como falta de vagas, prisões desnecessárias e atraso na liberação de presos. Os planos devem ser aprovados e monitorados pelo STF e CNJ. Também determinou audiências de custódia em até 24h, separação de presos provisórios e condenados e criação de varas de execução penal proporcionais à demanda regional.

Garantia de direitos individuais e liberdades civis

Pessoa maior de 70 anos pode escolher regime diferente da separação de bens em casamentos ou uniões estáveis

ARE 1.309.642

Saiba mais

O STF decidiu que o regime de separação de bens para pessoas com mais de 70 anos em casamentos e uniões estáveis não é obrigatório. Para adotar outro regime, é necessário manifestar a escolha por meio de escritura pública. Casais já casados ou em união estável podem alterar o regime, com autorização judicial para casamentos ou escritura pública para uniões estáveis, com efeitos futuros. A decisão tem repercussão geral.

Descriminalização do porte de maconha para consumo pessoal

RE 635.659/SP (Tema 506 RG)

Saiba mais

O STF decidiu que o porte de maconha para consumo pessoal é infração administrativa, sujeita a advertência e programa educativo. Foi fixado o critério de 40 gramas de cannabis sativa ou seis plantas fêmeas para diferenciar usuários de traficantes, embora esse parâmetro não seja absoluto. A polícia pode prender suspeitos se houver indícios de tráfico, com justificativa fundamentada. O juiz pode afastar o crime se houver provas da condição de usuário. O CNJ deve adotar medidas para cumprir a decisão e promover mutirões para corrigir prisões fora desses critérios.

Recusa a tratamento por crença religiosa e custeio de alternativa pelo Poder Público

RE 979.742/AM (Tema 952 RG) e RE 1.212.272/AL (Tema 1.069 RG)

Saiba mais Saiba mais

O STF decidiu que pacientes adultos e capazes podem recusar tratamentos que contrariem suas crenças religiosas, desde que a decisão seja livre e informada. O Estado deve custear alternativas disponíveis no SUS se viáveis e com consentimento médico. A decisão assegura que Testemunhas de Jeová possam recusar transfusões e optar por tratamentos alternativos, mesmo fora da localidade. Para crianças e adolescentes, prevalece o princípio do melhor interesse e os pais não podem impedir tratamentos necessários.

ODS



VALOR PÚBLICO

- Proteção dos direitos fundamentais
- Segurança jurídica, coerência e uniformidade na interpretação e aplicação da lei em todo o Brasil
- Garantia da supremacia da Constituição Federal e coerência do ordenamento jurídico, assegurando que normas infraconstitucionais estejam em conformidade com a Constituição
- Integridade do Estado Democrático de Direito

3.3 Dados dos processos do 8 de janeiro

3.3.1 Panorama geral

A seguir, um panorama dos processos relativos ao 8 de janeiro, de relatoria do Ministro Alexandre de Moraes.

Ações no STF	**1.552**	ações penais
	459	por crimes graves
	1.093	por crimes simples
Prisões	**78**	presos provisórios
	70	presos definitivos
	7	presos em prisão domiciliar
Julgamentos	**288**	por crimes graves
	147	por crimes leves
Condenações	**371**	condenados
	5	absolvidos
Acordos de não persecução penal (ANPP)	**527**	acordos homologados
Extradições	**61**	pedidos de extradição

Fonte: Relatório de Atividade STF 2024

3.3.2 Democracia Inabalada

Para lembrar os atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, o Supremo inaugurou, em 8 de janeiro de 2024, na sede do Tribunal, em Brasília, a exposição “Após 8 de janeiro: reconstrução, memória e democracia”. Ministros da Corte, autoridades dos Três Poderes, servidores e convidados participaram da solenidade. A exposição foi aberta ao público no dia seguinte e recebeu mais de 300 pessoas.



O tour virtual no Museu do Supremo Tribunal Federal (STF) foi atualizado, agora, o museu conta com imagens relacionadas aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 e que integraram a campanha Democracia Inabalada, uma resposta do Tribunal ao ataque criminoso praticado naquela data contra o edifício-sede.

Visão Geral Organizacional do STF

Governança, Estratégia e Desempenho

Resultados da Gestão

3.4 Gestão de orçamento e finanças

3.4.1 Execução orçamentária de 2024

No ano de 2024, o Supremo Tribunal Federal executou a quase totalidade do orçamento disponibilizado pela União, conforme demonstrado abaixo:

Orçamento disponível (LOA + créditos)

R$ 908.871.485,00

Valores empenhados

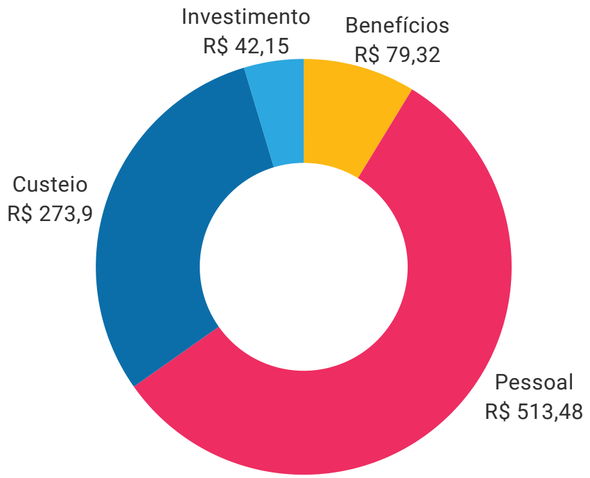
R$ 908.629.862,00

Percentual executado

99,97%

3.4.2 Distribuição por elemento de despesa

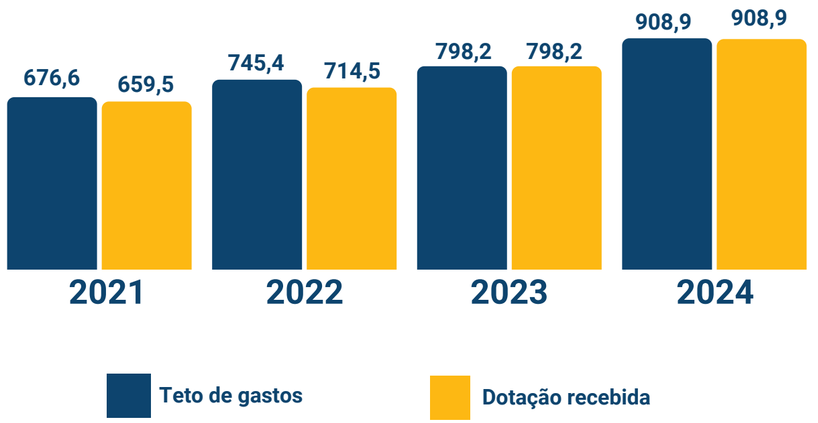
(em milhões de reais)



3.4.3 Limite do teto de gastos

O STF possui um limite para suas despesas, estabelecido principalmente pela alteração na regra de correção introduzida pela Emenda Constitucional nº 113/2021, considerando também os efeitos da Emenda Constitucional nº 126/2022. Importante destacar que esse limite de gastos não corresponde, necessariamente, ao valor total da dotação orçamentária recebida pelo órgão.

Limite do teto de gastos do STF (em milhões R$)



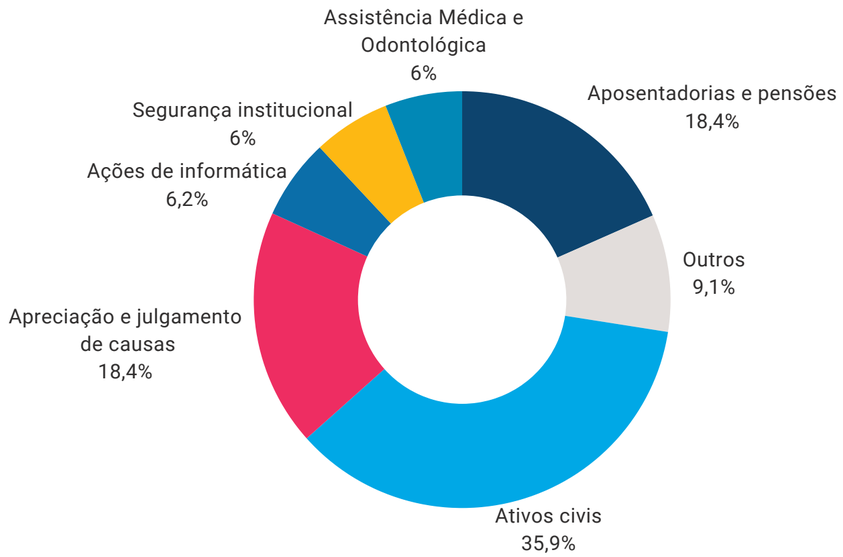
Fonte: Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações

Visão Geral Organizacional do STF

Governança, Estratégia e Desempenho

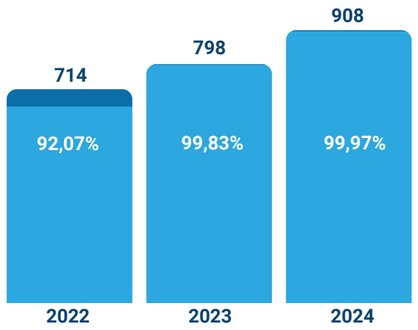
Resultados da Gestão

3.4.4 Execução distribuída por ações orçamentárias



3.4.5 Evolução do orçamento e evolução da execução

Dotação (em milhões) e percentual de execução nos últimos 3 anos



3.4.6 Conformidade legal da gestão orçamentária

A gestão orçamentária do Tribunal garante conformidade por meio de um acompanhamento sistemático e diário, com revisões regulares do cronograma de execução das demandas orçamentárias. Esse cronograma inclui os valores programados, previstos e executados, com todas as informações disponíveis *online* no Portal de Transparência do Tribunal.

3.4.7 Conformidade legal da gestão financeira

A conformidade da gestão financeira é garantida através de instrumentos de controle e avaliação dos limites orçamentários e financeiros. Isso inclui o acompanhamento do Cronograma de Desembolso Mensal e a supervisão das despesas registradas no Relatório de Gestão Fiscal - RGF. Todas essas informações estão acessíveis *online* no Portal de Transparência do Tribunal.

3.4.8 Informações complementares

Informações complementares mais detalhadas como Demonstrações Contábeis e Relatórios de Gestão Fiscal podem ser encontrados no Portal da Transparência.

Acesse aqui o Portal da Transparência

Fonte: Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações

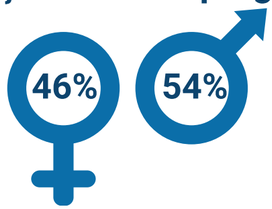
3.5 Gestão de pessoas, da saúde e bem-estar

Força de trabalho por vínculo

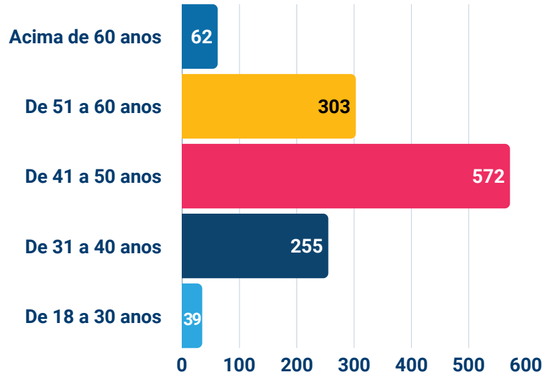
Ministros	Servidores efetivos	Exercício provisório
11	999	1

Juízes designados ao STF	Cedidos ao STF	Servidores sem vínculo efetivo com a Administração Pública
39	125	52

% Força de trabalho por gênero



Força de trabalho por faixa etária



% Servidores efetivos - por cargo

54% — Técnicos

46% — Analistas

Servidores com deficiência

46

3,75% da força de trabalho do STF

Cargos em comissão e funções comissionadas

273 Cargos em comissão

545 Funções comissionadas

80,32% ocupados por servidores efetivos

Apoio operacional e aprendizagem supervisionada

1.139 Terceirizados

273 Estagiários

- 32 Nível médio
- 241 Nível superior

Despesas de pessoal do STF em milhões

Orçamento executado

R$ 586,6

96% do orçamento projetado

- Pessoal ativo R$ 408,2
- Aposentados R$ 124,5
- Pensionistas R$ 50,6
- Estagiários R$ 3,3

Serviço extraordinário

R$ 6,47

1,1% em relação ao total executado

Força de trabalho

Outras informações

3.5.1 Programa de Desenvolvimento de Pessoas

O Programa de Desenvolvimento de Pessoas (PDPE) está estruturado em três eixos: Capacite-me, Eu Pertenço! e Liderança Plena. As principais ações relacionadas a cada eixo estão detalhadas no quadro a seguir.

Capacite-me

Educação corporativa

198 ações de capacitação e desenvolvimento promovidas internamente ou contratadas externamente

2.682 participantes

R$ 1.643.955,98

Bolsas de autodesenvolvimento

99 bolsas de mestrado profissional

80 Mestrado em Direito

19 Mestrado em Governança

8 bolsas de pós-graduação lato sensu

1 bolsa de língua estrangeira

R$ 7.852.495,89

Eu Pertenço!

Projeto que visa reforçar o orgulho de fazer parte do STF e contribuir para um ambiente institucional mais acolhedor e integrado.

Programa Juntas - Liderança Feminina no STF

JUNTAS programa de liderança feminina

Iniciativa que busca incentivar e fortalecer a equidade de gênero nas lideranças do Tribunal, promovendo ações como palestras, rodas de conversa e mentoria para mulheres líderes.

Projeto Moreth

Homenagem a servidores aniversariantes, inspirado em um colaborador que enviava mensagens carinhosas aos colegas.



Projeto STF-Profissões

Envio de cartões comemorativos e de agradecimento a profissionais que atuam no STF, promovendo o reconhecimento dessas carreiras.

Projeto de homenagem a servidores aposentados



Envio de mensagens personalizadas para aqueles que se desligam da Corte, reconhecendo sua contribuição ao longo dos anos.

Mês do servidor e 15 anos do Programa Viva Bem

Celebração que promoveu ações de valorização, pertencimento e bem-estar, incluindo eventos especiais e uma campanha de ensaio fotográfico com servidores.

Liderança plena

Lançamento da Mentoria em Gestão de Talentos

Gestão de talentos

Em 2024, foi lançada a Mentoria em Gestão de Talentos, que fornece orientação e suporte a gestores e adjuntos no gerenciamento do desempenho de suas equipes. A primeira turma, iniciada em março e concluída em outubro, teve 15 lideranças femininas participantes, em parceria com o Programa Juntas.

Ampliação da oferta de cursos para o Programa de Desenvolvimento Gerencial

O Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) ampliou significativamente sua oferta de cursos em 2024, abrangendo não apenas a dimensão de liderança, mas também temas transversais, considerados fundamentais para as melhores práticas de gestão. Essa ampliação visa fortalecer as habilidades gerenciais e melhorar a atuação das lideranças no STF.

20 cursos

3.5.2 Saúde

Com o objetivo de aprimorar o bem-estar e preservar a saúde física e mental de seus trabalhadores, o STF procura instigar uma cultura institucional fundamentada na avaliação sistemática da saúde, mediante a implementação de uma variedade de programas e ações. Essas iniciativas têm como foco a promoção da qualidade de vida, a prevenção de doenças e o estabelecimento de um ambiente laboral que seja não apenas saudável, mas também sustentável.

Para alcançar esses objetivos, o STF conta com a Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS) em sua estrutura e oferece a possibilidade de adesão ao Plano de Assistência à Saúde e Benefícios Sociais do Supremo Tribunal Federal (STF-Med) aos seus servidores.

Atendimentos realizados em 2024

A SIS oferece atendimentos ambulatoriais, tanto em consultas eletivas quanto em pronto atendimentos, nas áreas de enfermagem, fisioterapia, medicina, nutrição, odontologia, psicologia e serviço social. A unidade também realiza avaliações para licenças em saúde.

Atendimentos
16.891

Remotos	Presenciais
1.753	15.138

Medicina	Odontologia	Enfermagem	Psicologia
6.391	3.516	3.247	327

Serviço social	Fisioterapia	Nutrição	Avaliações para licenças em saúde
252	1.849	163	1.149

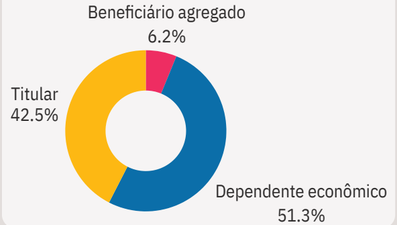
Plano de Assistência à saúde e benefícios sociais do STF (STF-Med)

O STF-Med é uma autogestão pública que tem por finalidade assegurar assistência à saúde dos beneficiários, compreendendo, na forma estabelecida em normas específicas, as ações necessárias à prevenção de doenças, à recuperação e à promoção da saúde e da qualidade de vida.

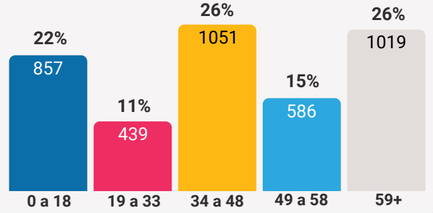
Beneficiários
3.952

% por gênero
54%
46%

% por tipo de beneficiário



Quantidade de beneficiários por faixa etária



Receitas, despesas e sinistralidade

Receitas

R$ 53.495.077,19	Recursos orçamentários
R$ 23.837.151,82	Contribuições dos beneficiários
R$ 8.367.782,56	Custeio dos beneficiários
R$ 1.636.143,38	Rendimentos de aplicações financeiras

Despesas
R$ 81.940.962,73

Sinistralidade média

Total de despesas R$ 81.940.962,73 ÷ Total de receitas R$ 87.336.154,95 = Sinistralidade média 93,82%

Fundo de Participação dos Servidores em 31/12/2024: R$ 26.804.341,58

3.5.3 Programas de bem-estar, saúde e qualidade de vida

O Programa de Qualidade de Vida e Bem-Estar do STF (Viva Bem) tem a missão de promover a saúde e o bem-estar, valorizando as pessoas, humanizando o ambiente de trabalho e incentivando um estilo de vida saudável. Em 2024, o Viva Bem celebrou 15 anos de atuação.

Dentre as ações realizadas no ano, destacam-se:

Campanhas de Doação de Sangue em parceira com a Fundação Hemocentro de Brasília



Oficina com Saskia Vossenaar Brito e Beatris Bravo Ramos: Redesenho do Trabalho



Palestra de Lúcia Helena Galvão: Carreira e Propósito no Trabalho



Palestra de Gustavo Cerbasi: Gestão estratégica de finanças e qualidade de vida



Palestra com Ana Carolina Previtalli Nascimento: Coerência cardíaca e missões constitucionais do STF: como se conectam?



Palestra com Edmilson Enedino das Chagas: Previdência Complementar do Servidor Público



Edição Temática das práticas conjuntas semanais com Karla Cristina Martins: "Ativando a Inteligência do Coração"



SGPTalk "Especial Dia do Servidor": valorização e integração dos servidores

Programas de saúde se destacam por atuar na prevenção de doenças e na promoção da saúde, priorizando ações preventivas e conscientizando sobre a importância de melhorar a qualidade de vida e a saúde das pessoas.

Outras ações de saúde, bem-estar e qualidade de vida



Tratamento e Prevenção da Obesidade



Avaliação Periódica em Saúde



Assistência a Pessoas com Necessidades Especiais



Atenção à Saúde Mental



Saúde da Boquinha



Sorria STF



Berçário



Odontologia Domiciliar



Roda de Terapia Comunitária Integrativa



Campanha de Prevenção ao Câncer de Boca



Atividade Física Regular



Ginástica Laboral



Meditação



Alimentação Saudável



Oficina de Culinária



Vacinação contra a gripe



Agosto Dourado



Setembro Amarelo


Outubro Rosa


Novembro Azul

3.6 Gestão de licitações e contratos

3.6.1 Processos de contratação

Em 2024, o STF realizou um total de 204 processos de contratação e firmou 257 instrumentos, como apresentado a seguir:

Contratações concluídas

Pregão	R$ 182.694.331,31	83
Dispensa tradicional	R$ 33.053.418,41	42
Inexigibilidade	R$ 27.173.054,99	32
Suprimento de fundos	R$ 269.103,04	17
Dispensa eletrônica	R$ 250.162,07	20
Adesão a ARP	R$ 1.848.996,39	7
Credenciamento	R$ 31.304.093,00	2
Concorrência	R$ 4.207.882,94	1

Fonte: Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações

Editais de licitação

Instrumentos firmados

Contratos	160
Atas de registro de preços	52
Acordos de cooperação Técnica	18
Termos de exec. descentralizada	11
Termos de compromisso	7
Termos de cessão de uso	2
Termos de Adesão	2
Outros	5

Contratações diretas

Em 2024, foram realizadas 42 contratações por dispensa tradicional, 32 por inexigibilidade e 20 por dispensa eletrônica. Destaca-se o contrato firmado com a Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial (Cetefe), no montante de R$ 7,1 milhões, para a prestação de serviços técnicos contínuos executados por pessoas com deficiência. A iniciativa reforça o compromisso do STF com a inclusão e a acessibilidade, oferecendo oportunidades profissionais em diversas áreas do Tribunal, como livraria, museu, fotografia e arquivo.

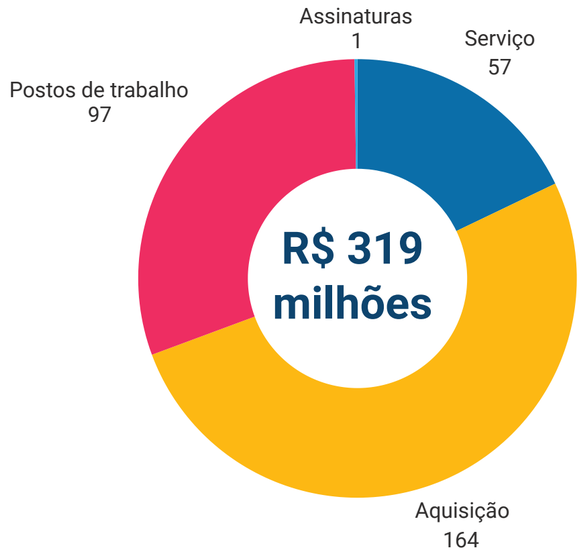
Também se destacam as contratações voltadas à capacitação de servidores, por meio de cursos e eventos promovidos por instituições ou profissionais de notória especialização, que somaram cerca de R$ 1,4 milhão.

No mesmo exercício, foram firmados contratos de consultoria técnica especializada, voltados à eficiência administrativa, ao aperfeiçoamento do Programa de Integridade e à preparação de palestrantes para o evento STF Inspira – “A Constituição é sua!”, totalizando aproximadamente R$ 2,3 milhões.

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão

3.6 Gestão de licitações e contratos

3.6.2 Contratos vigentes



Unidades com os maiores valores contratados atualmente

Secretaria de Tecnologia e Inovação (STI)	R$ 98,7 mi
Secretaria de Administração de Serviços e Gestão Predial (SAP)	R$ 78,8 mi
Secretaria de Polícia Judicial (SPJ)	R$ 41,8 mi
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações (SOC)	R$ 30,6 mi
Secretaria de Comunicação Social (SCO)	R$ 20,2 mi
Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)	R$ 18,1 mi
Gabinete do Diretor-Geral (GDG)	R$ 7,6 mi
Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação (SAE)	R$ 6,1 mi
Secretaria de Relações com a Sociedade (SRS)	R$ 4,6 mi
Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS)	R$ 3,4 mi

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão

3.6 Gestão de licitações e contratos

3.6.3 Principais contratos 2024

Contratações consideradas relevantes de acordo com as prioridades do órgão e valores empregados apresentados no gráfico abaixo:



Painel de contratos

3.6.4 Conformidade legal

As contratações do STF foram realizadas tendo como base as leis de licitação 8.666/93 e 14.133/2021, além de normativo interno que é a Instrução Normativa nº 247/2020. O STF conta com três linhas para garantir a conformidade das contratações, sendo elas:

1. Unidade demandante e as unidades responsáveis pela instrução do processo
2. Assessoria Jurídica e Assessoria de Apoio à Governança e Conformidade
3. Auditoria Interna

3.6.5 Ações futuras

Implementar novo paradigma passando de gestão dos fornecedores para gestão com os fornecedores, tendo como objetivo aprimorar a gestão de contratos.

Continuar ampliando o conhecimento dos atores de contratação, com foco em capacitação multidisciplinar para gestores e específica para demandantes com o objeto de qualificar e produzir mais e melhores contratações.

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão

3.7 Gestão patrimonial e infraestrutura

3.7.1 Investimento em capital

O Tribunal tem investido em projetos e executado obras, reformas e adequações de leiaute em seus espaços, com o objetivo de modernizar as instalações e atender às necessidades dos usuários. Esses serviços são realizados por meio de contratações específicas ou pela empresa responsável pela prestação de serviços continuados.

Projetos e Obras contratações específicas	**R$ 15.066.738,13**
Reformas e mudanças de leiaute empresa de prestação de serviços continuados	**R$ 6.007.736,29**

Fonte: Secretaria de Administração de Serviços e Gestão Predial

3.7.2 Desfazimento de ativos

Nos últimos anos, o STF tem utilizado a doação como forma principal para se desfazer de bens.

Itens doados	**10.948**
Valor total depreciado	**R$ 600.451,17**

Fontes: Processos SEI e Sistema GEAFIN

3.7.3 Obras concluídas ao longo de 2024

- Adequação do Sistema de Renovação de Ar do Edifício Anexo II do Supremo Tribunal Federal.
- Adequação do Sistema de Detecção, Alarme e Combate a Incêndio no complexo de edifícios ocupados pelo CNJ, na 514 Norte.
- Modernização da iluminação das áreas de circulação do Edifício Anexo II.
- Retrofit dos Sistemas de Energia Ininterrupta (No Breaks) do Edifício-Sede e Anexo II.
- Substituição do isolamento térmico das tubulações de água gelada do sistema de ar-condicionado do Edifício Anexo II.
- Reforma completa dos banheiros do 3º andar do Edifício-Sede do STF.
- Migração da Rádio e TV Justiça para o Edifício Anexo I-B como parte do projeto de implantação do Museu do STF.

3.7.4 Melhorias infraestruturais e sustentáveis no STF

- Modernização da sinalização visual das portarias dos edifícios Anexo I e Anexo II.
- Instalação de iluminação especial na fachada do edifício-sede, possibilitando a adesão do STF a campanhas federais e da sociedade civil.
- Aquisição de bebedouros industriais para atender a demanda de visitantes e usuários nos edifícios do STF.
- Diagnóstico de Eficiência Energética concluído, com substituição de 3.678 lâmpadas fluorescentes por LED, proporcionando uma economia anual estimada de 251.160 kWh (2% do consumo total em 2023).

3.7 Gestão patrimonial e infraestrutura

3.7.5 Desafios e metas a serem alcançados pelo STF

Sustentabilidade

- Modernização dos processos de armazenamento e separação do lixo recolhido e do processo de descarte do lixo produzido no Tribunal, com vistas à adequação aos atuais preceitos de sustentabilidade.
- Implantação da Usina Fotovoltaica do Edifício Anexo II do STF, previsto para conclusão em fevereiro/2025.
- Implementação de Projeto Luminotécnico e Automação para Iluminação RGB da Fachada do Edifício-Sede do STF, previsto para conclusão em dezembro/2025.

Espaços institucionais e culturais

- Obras da Fase 2 do Museu do STF, com previsão de conclusão para setembro/2025.
- Obras da Fase 3 (externa) do Museu do STF, com previsão de conclusão para setembro/2027.

Gestão e serviços

- Unificação dos contratos de seguro da frota de veículos do STF em todo o território nacional.
- Projeto em estudo para inclusão dos serviços de limpeza, copa, manutenção predial, entre outros, na contratação de facilities.

Acessibilidade e inclusão

- Construção de banheiro para ostomizados no STF, previsto para conclusão em fevereiro/2025.
- Ampliação e adequação estrutural do Berçário do STF, com previsão de término para abril/2025 (parte interna) e para 2026 (parte externa).
- Reforma dos banheiros das 1ª e 2ª Turmas do STF no Edifício Anexo II-B, com inclusão de banheiro para pessoa com deficiência, previsto para conclusão em janeiro/2025.
- Adequação das instalações de prevenção e combate a incêndio do Edifício Anexo I do STF, com colocação de vidros e corrimãos nas escadas e na rampa de acesso à Portaria principal, previsto para conclusão em fevereiro/2025.

Reformas e revitalizações

- Reforma e adequação do Espaço do Servidor (Coworking) no Edifício Anexo I do STF, previsto para conclusão em janeiro/2025.
- Reforma e ampliação da Portaria Central do Anexo I, localizada na garagem, voltada para a Via-S2, previsto para conclusão em janeiro/2025.
- Reforma e readequação do Restaurante do STF, previsto para conclusão em janeiro/2025.
- Revitalização do piso da garagem do Edifício Anexo I do STF, previsto para conclusão em janeiro/2025.
- Continuidade à contratação do projeto de Intervenção em Bem Tombado: Restauro Integral do Edifício-Sede do STF, com previsão de contratação em julho/2025.
- Modernização integral e manutenção preventiva e corretiva dos elevadores do Edifício Anexo II do STF, previsto para conclusão em junho/2027.
- Atualização tecnológica das condensadoras do sistema de ar-condicionado VRF dos Edifícios Sede e Anexo I do STF, previsto para conclusão em dezembro/2025.

Visão Geral Organizacional do STF

Governança, Estratégia e Desempenho

Resultados da Gestão

3.8 Gestão de Tecnologia da Informação

3.8.1 Principais iniciativas e resultados

Entre os principais projetos, destacam-se aqueles que impactam diretamente a prestação jurisdicional, atividade finalística do Tribunal, e os voltados ao aprimoramento da segurança da informação, com melhorias nos sistemas de proteção de computadores, servidores e sistemas, além de medidas para garantir alta disponibilidade e continuidade dos serviços.

Aperfeiçoamento do sistema peticionamento eletrônico	Os sistemas foram adaptados para permitir o envio eletrônico de petições para processos sigilosos que tramitam em meio físico, facilitando o trabalho de advogados e partes, que não precisam mais se deslocar até o STF. A mudança também reduziu os atendimentos presenciais na Secretaria Judiciária.
Aperfeiçoamento da acessibilidade do Portal do STF	Foi criada uma página sobre Acessibilidade e adicionada a tradução em Libras em todas as páginas do portal do STF. Recursos como opções de contraste e outras ferramentas foram implementados para proporcionar uma melhor experiência de acesso aos usuários.
Automação das certidões de antecedentes criminais e de atuação de advogado(a) no STF	O projeto viabilizou a emissão automática, pelo Portal do STF, das certidões de atuação de advogados em processos e de antecedentes criminais, antes emitidas manualmente pela SEJ. A mudança reduziu a carga de trabalho do Tribunal e tornou o serviço mais ágil e seguro. Em 2024, cerca de 500 certidões de autuação de advogado e 7.000 certidões negativas ainda foram emitidas manualmente.
Novo sistema XDR - solução de segurança que monitora e mitiga ameaças virtuais, por meio de detecção e resposta estendida	Como parte das ações para reforçar a segurança cibernética no STF, foi implementado um novo sistema de proteção de endpoints, que proporciona detecção avançada de ameaças e já bloqueou inúmeras tentativas de ações maliciosas.
Reestruturação da topologia de segmentação da camada de acesso à rede	A atualização do sistema de firewall do STF ampliou a capacidade e aprimorou a segmentação da rede, melhorando o controle de acessos e a resolução de problemas de conectividade. A nova solução também reduziu os riscos associados à tecnologia da informação.
Implantação de Solução de Datacenter Multisite para aprimoramento da continuidade e disponibilidade dos serviços de TIC que sustentam as operações do Tribunal	A expansão da capacidade tecnológica do STF aumentou a resiliência e garantiu a continuidade dos serviços judiciais em caso de incidentes. A nova configuração permite intervenções ágeis na infraestrutura, incluindo ações preventivas, de resposta a incidentes e manutenções programadas, sem interrupção dos serviços de TI.

Fonte: Secretaria de Tecnologia e Inovação

3.8 Gestão de Tecnologia da Informação

3.8.2 Automação e inteligência artificial

Automação de rotinas repetitivas

Em 2024, o STF implementou a STaF - Solução Tecnológica de Automatização Funcional, um conjunto de ferramentas que automatiza atividades cartorárias rotineiras. A iniciativa agiliza o trâmite processual e permite que servidores se dediquem a tarefas mais complexas e estratégicas.

MarIA

Em 2024, foi lançada a MARIA (Módulo de Apoio para Redação com Inteligência Artificial), a primeira ferramenta de inteligência artificial generativa do Supremo Tribunal Federal. Integrada ao sistema eletrônico do Tribunal (STF-Digital), a MARIA oferece três funcionalidades principais: elaboração de minutas de ementas, redação de relatórios em processos recursais e análise inicial de processos da classe Reclamações (RCL).

VitorIA

O sistema de inteligência artificial VitorIA identifica e agrupa processos por similaridade, agilizando a análise processual e antecipando novas controvérsias e ondas de litigiosidade. Em 2024, a ferramenta foi aprimorada e expandida para incluir processos da classe reclamações, promovendo maior uniformidade e segurança jurídica. No mesmo ano, a VitorIA auxiliou na identificação de 19 novos temas de repercussão geral.

Fonte: Secretaria de Tecnologia e Inovação e Secretaria de Gestão de Precedentes

3.8.3 Contribuição de TI para os objetivos estratégicos

Objetivo Estratégico 2 (OE 2) — Garantir maior eficiência e celeridade na prestação jurisdicional

Meta Estratégica — Consolidar o STF-Digital como ambiente único para o trabalho nos gabinetes (86%)

1 - Julgamentos Colegiados no STF-Digital – 88,45% da meta atingida.
2 - Gestão de Gabinetes no STF-Digital – 70,23% da meta atingida.
3 - Gestão de Expedientes – 100% da meta atingida.

Meta Estratégica — Expandir o escopo da VitórIA para a classe processual reclamações

100% da meta atingida

3.8.4 Modelo de governança de TI

O Modelo de Governança de TI do STF tem como principal instância o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI), instituído pela Resolução nº 638/2019. O CGTI é responsável por aprovar políticas de Tecnologia da Informação, assegurar recursos orçamentários e humanos para o cumprimento das metas, além de priorizar demandas e supervisionar o Plano Diretor de TI (PDTI). O CGTI é assessorado tecnicamente pelo Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (CETI), instituído pela Resolução nº 506/2013, que atua na gestão tática e operacional da área.

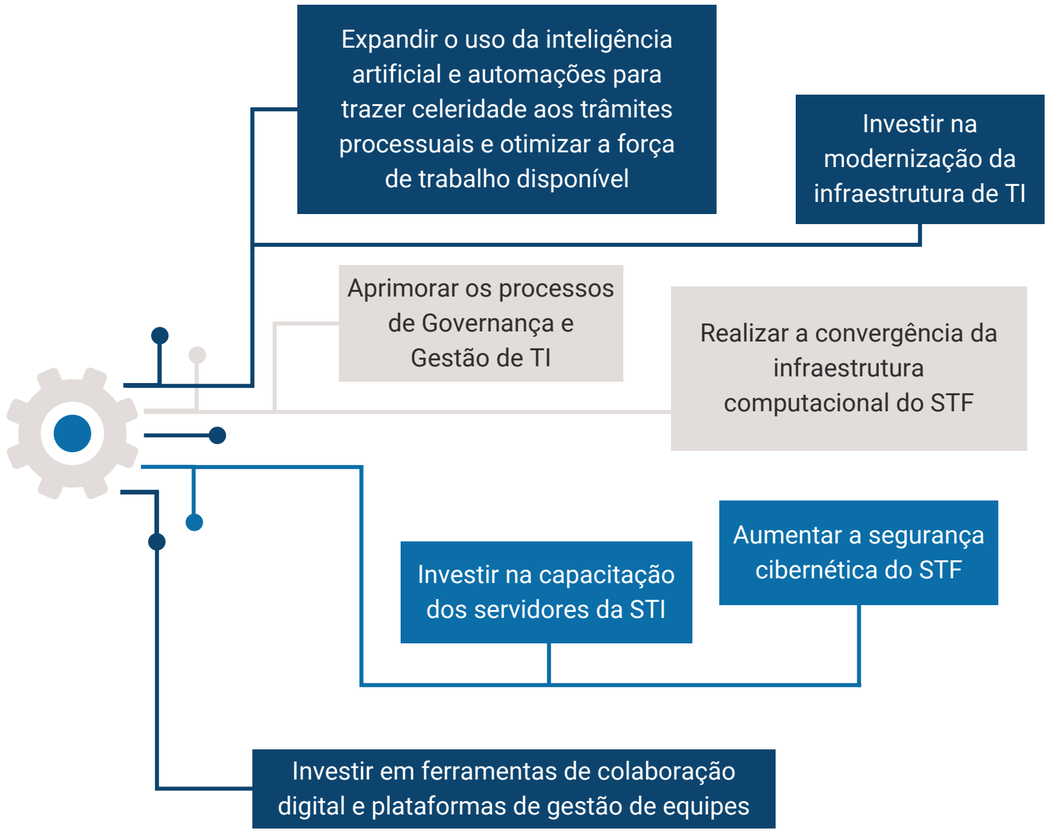
O Plano Diretor de TI (PDTI) é o instrumento de planejamento que orienta o atendimento às necessidades prioritárias da área de tecnologia em um horizonte de dois anos, alinhando-se aos objetivos estratégicos do Tribunal e às expectativas da alta administração.



Acesse o PDTI

3.8 Gestão de Tecnologia da Informação

3.8.5 Principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios



Fonte: Secretaria de Tecnologia e Inovação

3.8.6 Montante de recursos aplicados em TI

Empenhado
R$ 45.139.393,00

Executado
R$ 38.594.048,52

Percentual de execução
85,49%

Inscrito em Restos a Pagar
R$ 15.732.508,99

Projeção de execução
120,35%

O orçamento inicial da STI em 2024 (LOA) foi de R$ 45.139.393,00, com execução de R$ 38.594.048,52 até 31/12/2024, o que corresponde a 85,49%. Destaca-se que aquisições importantes não foram realizadas em anos anteriores, o que tornou necessário um expressivo investimento em tecnologia em 2024 para manter os serviços operacionais e garantir a execução dos projetos priorizados pela administração.

Nos últimos anos, a migração de serviços de tecnologia para a nuvem pública — seja por meio da contratação de plataforma como serviço (PaaS) ou software como serviço (SaaS) — reduziu a aquisição de licenças de software perpétuas e equipamentos, ampliando a contratação desses recursos como serviço. Essa mudança alterou significativamente a distribuição das despesas entre investimento e custeio.

3.9 Programa STF + Sustentável

STF + SUSTENTÁVEL

O Programa STF + Sustentável busca desenvolver e promover um conjunto de projetos e ações de sustentabilidade ambiental e social. As ações de sustentabilidade ambiental objetivam reduzir os impactos negativos das atividades do Tribunal no meio ambiente, tendo como premissas: a redução do consumo, o reaproveitamento e a reciclagem de materiais, e a compensação das emissões de gases de efeito estufa. Já as ações de sustentabilidade social pretendem valorizar o capital humano no Tribunal, com a adoção de iniciativas que promovam a acessibilidade, a dignidade e o bem-estar no ambiente de trabalho — fatores indispensáveis para o cuidado com a saúde e a inclusão social.

Como parte desse compromisso com a sustentabilidade, o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, assinou o Pacto pela Transformação Ecológica, juntamente com os chefes do Executivo e do Legislativo. O acordo prevê ações coordenadas entre os três Poderes para promover a sustentabilidade ecológica, o desenvolvimento econômico sustentável e a justiça social, ambiental e climática. Dividido em três eixos — ordenamento territorial e fundiário, transição energética e desenvolvimento sustentável — o pacto inclui 26 medidas. O Judiciário deverá agilizar demandas judiciais relacionadas ao meio ambiente, fundiárias e climáticas, com metas e protocolos definidos pelo CNJ.

Eixos do programa

Eixo 1 - Reduzir

Foca na redução dos impactos ambientais das atividades do STF, com ações como eliminação do uso de plástico, reuso de água, instalação de filtros, uso prioritário de etanol na frota e plantio de árvores.

Eixo 2 - Promover

Direcionado ao fortalecimento da sustentabilidade por meio de capacitações em sustentabilidade e contratações sustentáveis, além da revisão de processos de contratação e adoção de guias específicos para esse fim.

Eixo 3 - Humanizar

Visa valorizar o capital humano, por meio da acessibilidade, inclusão e saúde mental no ambiente de trabalho, com ações como aumento da acessibilidade, ampliação da contratação de pessoas com deficiência e implementação de programas de saúde mental e bem-estar.

Impactos sociais

A implementação do programa STF + Sustentável aprimora a sustentabilidade socioambiental, a integração da Agenda 2030 da ONU ao STF e a eficiência energética, contribuindo para a redução da emissão de gás carbônico. A iniciativa fortalece a governança sustentável, amplia o conhecimento sobre sustentabilidade e aproxima o Tribunal da sociedade. Além disso, promove a inclusão e a igualdade de acesso ao melhorar a acessibilidade nos espaços físicos e virtuais. O programa está alinhado às Metas 12.5 e 12.7 do ODS 12, que visam reduzir a geração de resíduos e incentivar práticas de compras públicas sustentáveis, e à Meta 4.1, correlacionada ao ODS 11, que busca tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras e resilientes.

ODS



Painel de sustentabilidade

Plataforma que reúne dados para monitoramento das metas do Programa STF + Sustentável.



Acesse o Painel

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão

3.9 Programa STF + Sustentável

Eixo 1 - Reduzir

Projeto STF -Plástico

Eliminação do uso de água envasada em material plástico.



Distribuição de garrafas reutilizáveis e instalação de filtros de alta vazão para incentivar a redução do consumo de água envasada e do uso de embalagens descartáveis.



Projeto STF Carbono Zero

Lançamento do projeto STF Carbono Zero. Palestra de sensibilização do público interno a respeito das estratégias de descarbonização.

Inventário de emissões, plano de redução e plano de compensação de emissões de carbono

Abastecimento preferencial da frota do STF com etanol para viabilizar o uso sustentável de recursos e a redução de emissões de gases de efeito estufa.

Plantio de árvores nos arredores do STF: parceria com GDF e Novacap inclui o STF no plano de arborização do DF.



Saiba mais

Projeto STF -Lixo

Revisão da Política de Gestão de Resíduos

Estabelecimento de parcerias para a coleta de plástico, alumínio, papel e resíduos eletrônicos, com destaque para a parceria com a Cooperativa Recicle a Vida, que viabiliza o retorno desses materiais à cadeia produtiva. Para sensibilizar o público interno, o STF promoveu uma visita à cooperativa.



Redução de impressões e do uso de papel



Capacitação de servidores e colaboradores em coleta seletiva de lixo



3.9 Programa STF + Sustentável

Eixo 2 - Promover

Projeto STF + Água e Energia

Acordo de cooperação técnica com o Exército Brasileiro para implantação de planos de sustentabilidade ambiental. O acordo inclui a elaboração de projeto executivo para implantação de uma usina de energia fotovoltaica no Tribunal com a consultoria do Exército, que mantém usinas de energia solar em todo o país.



Saiba mais

Acordo com a Neoenergia para instalação de duas usinas fotovoltaicas no STF, sem custos ao Tribunal. Uma das usinas será instalada na laje do Anexo II, projeto aprovado pelo IPHAN, tornando o prédio o primeiro da Esplanada com essa tecnologia sustentável.

Saiba mais

Diagnóstico de Eficiência Energética e substituição de lâmpadas incandescentes e reatores por iluminação 100% LED.

Elaboração de projeto de reuso de água e construção de poços.

Projeto + Agenda 2030

- Classificação do número remanescente das ações de controle concentrado por ODS
- Classificação das rotinas administrativas por ODS
- Capacitação de servidores em sustentabilidade e em classificação por ODS



Projeto STF + Contratações

- Capacitação dos servidores em contratações sustentáveis
- Revisão do processo de contratação do STF sob o ponto de vista da sustentabilidade
- Adoção de Guia de Contratações Sustentáveis



3.9 Programa STF + Sustentável

Eixo 3 - Humanizar

Projeto STF Sem Barreiras

STF SEM BARREIRAS

A missão do "STF Sem Barreiras" é construir um Tribunal acessível para o público interno e externo, promovendo inclusão e eliminando barreiras atitudinais, físicas, arquitetônicas, comunicacionais, informacionais e tecnológicas. O programa atua na remoção de obstáculos que dificultam a participação plena de pessoas com deficiência nas atividades do STF, em conformidade com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146) e com a Política de Acessibilidade e Inclusão Social do STF (Resolução nº 778/2022), garantindo condições igualitárias de acesso e participação para todos.

Mobilidade - O STF conta com triciclos motorizados ("scooters") para auxiliar na locomoção de pessoas com mobilidade reduzida que frequentam o tribunal.



Contratação de pessoas com deficiência física, auditiva, intelectual e com espectro de autismo para compor a equipe de terceirizados, promovendo a inclusão social da pessoa com deficiência.

CETEFE

Criação de página sobre acessibilidade temática no portal do STF, com informações sobre recursos de acessibilidade que a Corte disponibiliza para a sociedade.

Saiba mais

Iniciada a implementação de acessibilidade nas novas catracas e a instalação de placas em Braille nas dependências do tribunal.



Visibilidade das questões de Acessibilidade com falas nas aberturas das sessões em datas relevantes, tais como no Dia Mundial de Conscientização do Autismo, no Dia Nacional da Acessibilidade e no Dia Internacional da Síndrome de Down.

Participação na nova gestão da Rede de Acessibilidade.
Acordo de Cooperação Técnica com os Poderes Legislativo e Executivo para promover a acessibilidade e inclusão social da pessoa com deficiência.

REDE DE ACESSIBILIDADE

Campanha nacional de combate ao Capacitismo em parceria com o CNJ.

Saiba mais

ca.pa.ci.tis.mo
preconceito contra as pessoas com deficiência

Inserção de audiodescrição nas novas exposições do tribunal.

AD

Melhoria do Portal do STF, para uso por leitores de tela.



Projeto de Saúde Mental

O PSiu é um programa de atenção à saúde mental voltado para ministros, servidores, dependentes e colaboradores. O nome da iniciativa faz referência ao conhecido "psiu", uma forma informal e comum de chamar a atenção das pessoas, destacando simbolicamente a importância de voltar o olhar para a própria saúde mental.

PSiu

Programa STF "Eu Pertenço"

Ações para fortalecer o senso de pertencimento e valorização dos servidores do STF incluem cartões comemorativos, o projeto Moreth, que homenageia aniversariantes, e o STF-Profissões, que celebra carreiras. Atividades no Mês do Servidor e nos 15 anos do programa Viva Bem destacaram saúde e bem-estar. As iniciativas promovem um ambiente acolhedor e integrado, reforçando o orgulho de pertencer ao STF.

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão

3.9 Programa STF + Sustentável

Painel de sustentabilidade

O Painel de Sustentabilidade é uma plataforma que apresenta dados sobre projetos e ações do STF voltados à redução dos impactos ambientais, integrando as iniciativas do Programa STF +Sustentável. A ferramenta é organizada em sete seções: água, água envasada, energia, impressão/impressoras e papel, capacitação em sustentabilidade e consumo de combustível. Cada uma explica como esses recursos são geridos, destacando metas de redução de consumo, ações adotadas e dados estatísticos com o histórico anual de consumo nessas áreas.

O STF já divulgava essas informações por meio de seu portal. Em 2024, elas foram integradas ao Painel de Sustentabilidade, ampliando a transparência e facilitando o acompanhamento das iniciativas ambientais do Tribunal. A seguir, são apresentados dados extraídos do painel, acompanhados de informações complementares sobre gastos com limpeza e manutenção predial.

Consumo de água

2022	25.067 (m^3)
2023	27.589 (m^3)
2024	28.053 (m^3)

Consumo de água

Consumo de água envasada

2022	162.888 (unidades)
2023	177.418 (unidades)
2024	25.151 (unidades)

Consumo de água envasada

Consumo de energia elétrica

2022	6.192.466 (kWh)
2023	6.587.404 (kWh)
2024	7.209.604 (kWh)

Consumo de energia

Consumo de impressão

2022	2.971.371 páginas
2023	3.168.581 páginas
2024	3.348.024 páginas

Consumo de impressão

Consumo de papel

2022	4.065 resmas
2023	5.095 resmas
2024	5.000 resmas

Consumo de papel

Consumo com combustível

2022	91.876 (litros)
2023	106.213 (litros)
2024	67.660 (litros)

Consumo de combustível

Informações complementares

Limpeza

2022	R$ 5.609.190,98
2023	R$ 5.790.677,55
2024	R$ 7.067.985,49

Manutenção predial

2022	R$ 7.155.241,17
2023	R$ 7.753.473,79
2024	R$ 4.207.362,81

Fonte: Secretaria de Administração de Serviços e Gestão Predial

Visão Geral Organizacional do STF
Governança, Estratégia e Desempenho
Resultados da Gestão

RELATÓRIO DE GESTÃO

STF
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

2024

STF
GOVERNANÇA